

psicoatualidades
REVISTA · PSICOATUALIDADES

Revista Psicoatualidades | Belém do São Francisco-PE | v.2, n.1 | 56 p. | 2022

Publicação semestral | Endereço para correspondência | Rua Cel Trapiá, 201 - Centro - CEP: 56440.000
- Belém do São Francisco/PE | Endereço eletrônico / e-mail: npq@facesf.edu.br
<https://periodicosfacesf.com.br/>

FACESF – Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco

Direção Acadêmico

Luis Geraldo Soares Lustosa

Coordenação Geral

Daniela Pereira Novacosque

Coordenação de Pós-Graduação

Dayara de Kássia Sá Sampaio Soares Lustosa

Coordenação do Núcleo de Pesquisa NPQ FACESF

Phablo Freire



Os trabalhos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. Permitida a reprodução, total ou parcial, desde que citada a fonte. Solicita-se permuta/exchanges dedired.



Revista Psicoatualidades	Belém do São Francisco-PE	v.2, n.1	56 p.	2022.
--------------------------	---------------------------	----------	-------	-------

REVISTA PSICOATUALIDADES

Editores-Chefes

Phablo Freire (FACESF, Brasil)
Liberalina Santos de Souza Gondim (FACESF, Brasil)
Luciana Marinho Fernandes da Silva (FACESF, Brasil)
Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião (FACESF, Brasil)

Equipe Editorial

Liberalina Santos de Souza Gondim (FACESF, Brasil)
Luciana Marinho Fernandes da Silva (FACESF, Brasil)
Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião (FACESF, Brasil)
Nathaly Ferraz Queiroz Silva (FACESF, Brasil)

Conselho Editorial

Macdouglass de Oliveira (UFPB, Brasil)
Phablo Freire (FACESF, Brasil)
José Izak ribeiro de Araújo (UFPE, Brasil)
Marciano Antonio da Silva (UFPE/CAA, Brasil)
Allene de Carvalho Lage (UFPE/CAA, Brasil)
Luciana Marinho Fernandes da Silva (FACESF, Brasil)
Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião (FACESF, Brasil)
Nathaly Ferraz Queiroz Silva (FACESF, Brasil)
Ana Rosa Brissant de Andrade (FACESF, Brasil)
Liberalina Santos de Souza Gondim (FACESF, Brasil)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Janildo Lopes da Silva / CRB4/929

Revista Psicoatualidades [Recurso eletrônico] / Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco. – v. 1, n. 1. (2021)- Belém do São Francisco/PE: FACESF, 2021-

Semestral

ISSN 2764-4480

Modo de acesso: World Wide Web:

<<https://periodicosfacesf.com.br/index.php/Psicoatualidades>>

1. Psicologia – Periódicos. I. Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do São Francisco. II. Título.

159.9(05) CDU

FACESF/BIB012/2021

Publicação semestral | Endereço para correspondência | Rua Cel Trapiá, 201 – Centro - CEP: 56440.000 - Belém do São Francisco/PE | Endereço eletrônico e-mail: npq@facesf.edu.br <https://periodicosfacesf.com.br/>

SUMÁRIO

SEÇÃO I: PROCESSOS CLÍNICOS

AS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL E AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTALT-TERAPIA

Jéssica Torres de Sá

Luciana Marinho Fernandes da Silva7

REPERCUSSÕES NA CONSTRUÇÃO DO EU A PARTIR DO CONTATO COM A PORNOGRAFIA NA TERCEIRA INFÂNCIA

Emile de Jesus Rodrigues

Luiz Araújo Florentino Júnior.....21

UMA ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM GESTANTES E A IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO

Ilkislaine Gomes da Silva

Luiz Araújo Florentino Júnior.....36

AUTOLESÃO NÃO-SUICIDA NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO NARRATIVA

Nathalie Alves Rodrigues

Luciana Marinho Fernandes da Silva48

SEÇÃO I: PROCESSOS CLÍNICOS

AS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL E AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTALT-TERAPIA

THE CONSEQUENCES OF CHILD SEXUAL ABUSE AND THE
CONTRIBUTIONS OF GESTALT-THERAPY

Jéssica Torres de Sá¹

Luciana Marinho Fernandes da Silva²

RESUMO: A violência sexual na infância causa consequências severas e reflexos na fase adulta. O abuso sexual infantil é crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em sua legislação vigente, na qual define todo e qualquer contato abusivo, seja ele físico ou virtual. O presente estudo possui como objetivos identificar as consequências do abuso sexual infantil e as principais contribuições do atendimento psicoterápico através da Gestalt-terapia. O método utilizado foi o de revisão narrativa da literatura. Foram analisados 12 artigos científicos. Nos resultados e discussões, o abuso sexual foi identificado como uma prática “naturalizada” quando levada em consideração a cultura do patriarcado no Brasil, na qual o ato abusivo reflete na família e no sujeito, física e mentalmente. A Gestalt-terapia surge como uma forma de acompanhamento psicológico que visa a restaurar o potencial de crescimento do indivíduo, ou seja, torná-lo novamente dono de sua singularidade, ator principal de sua vida, por meio do autorreconhecimento. O acompanhamento psicológico, abordado neste estudo através da Gestalt-terapia, oferta uma terapêutica do autorreconhecimento, na qual o psicólogo, juntamente com o cliente, consegue identificar perspectivas de tratamento

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; Gestalt-terapia no abuso sexual; Abuso sexual intrafamiliar.

ABSTRACT: Sexual violence in childhood causes severe consequences and reflexes in adulthood. Child sexual abuse is crime provided for in the Child and Adolescent Statute (ECA) in its current legislation, in which it defines all and any abusive contact, whether physical or virtual. The present study aims to identify the consequences of child sexual abuse and the main contributions of psychotherapeutic care through Gestalt therapy. The method used was the narrative review of the literature. Twelve scientific articles were analyzed. In the results and discussions, sexual abuse was identified as a “naturalized” practice when taken into account. consideration the culture of patriarchy in Brazil, in which the abusive act reflects on the family and on the subject, physically and mentally. Gestalt therapy emerges as a form of psychological support that aims to restore the growth potential of the individual, that is, to make him/her once again the owner of his/her singularity, the main actor of your life, through self-recognition. The psychological support, approached in this study through the Gestalt therapy, offers a therapy of self-recognition, in which the psychologist, together with the client, can identify treatment prospects

Keywords: Child sexual abuse; Gestalt therapy in sexual abuse; Sexual abuse intrafamilial.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual é definida como todo ato ou jogo de natureza erótica, que cause danos, promovido pelo violentador com intenção de estimular sexualmente a vítima para obter satisfação sexual, podendo ser cometida por adultos contra crianças e adolescentes, as quais são as principais vítimas (BRASIL, 2010). Para Sanches et al. (2019), a violência pode afetar a saúde coletiva e individual, em razão de se configurar como um fenômeno sociocultural que pode desencadear perturbações emocionais, sociais, psicológicas, físicas e cognitivas.

Quanto à violência sexual infanto-juvenil, os autores supracitados constatarem o constructo social de que o agressor não é desconhecido e distante, mas sim é integrante do contexto no qual ocorre a ação, predominante no contexto intrafamiliar, evidenciando o caráter doméstico da violência sexual.

O abuso sexual infantil é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em sua legislação vigente, como toda e qualquer atividade sexual, seja física ou virtual, direcionada à criança e cujo agente se utiliza de poder ou autoridade.

A caracterização do crime por abuso sexual, para o ECA, compreende contatos de cunho sexuais, os quais podem variar desde exposição de imagens eróticas à criança até ao contato físico. Vale salientar que para ser considerado abuso sexual não é necessário que exista a penetração (BRASIL, 2019).

Ainda, como forma de complementar a caracterização do crime de abuso, existe a Lei 13.431 de 2017, a qual ficou conhecida como Lei do Depoimento sem Dano ou do Depoimento Especial e disciplina sobre o sistema de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, como também das testemunhas de violência. O art. 1º da Lei normaliza e organiza o sistema de garantia dos direitos da criança e dos adolescentes vítimas ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros Diplomas internacionais, estabelecendo medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência (BRASIL, 2017).

De acordo com Santos e Jaeger (2018), os aspectos estruturais psíquicos do sujeito estão relacionados ao ato de violar sexualmente a criança ou o adolescente, além disso, é reconhecido que os aspectos sociais e culturais influenciam de forma significativa no acarretamento e na incidência da ação. Os eventos causadores ocorrem no contexto familiar, onde podem ser observadas a negligência das figuras parentais e a vulnerabilidade social.

As sequelas decorrentes do abuso sexual transpassam a vida adulta do indivíduo, podendo este desenvolver diversos distúrbios. Pode-se constatar que o sentimento de medo é um dos mais comuns entre os abusados, assim como a baixa autoestima que perdura durante muito tempo durante o processo de amadurecimento. Outro sim é a repulsa sexual que a vítima pode exprimir, principalmente pelas partes tocadas pelo seu abusador (FONTAM et al., 2019).

Integrando as abordagens da psicologia humanista, a Gestalt-terapia apresenta, como um de seus conceitos principais, a noção de autorrealização, que põe em destaque o desenvolvimento do potencial humano de criatividade e crescimento, bem como o contato interpessoal afetivo fundamental para a constituição do sujeito (FRAZÃO, 2013).

Na perspectiva do crescimento humano, a Gestalt-terapia enfatiza a autodeterminação do indivíduo e o quanto é vital o contato deste com o meio ambiente. A expressão “gestalt” significa unidade

de sentido; um fenômeno, uma configuração que tem significado em nossa consciência. Nessa direção, “gestalt aberta” é uma experiência inacabada, um ciclo que não se fecha, uma experiência que não se configura como um todo percebido, pois lhe falta uma harmonia interna (RIBEIRO, 2016). Segundo Ribeiro (ibidem, p.139), “rompemos essa totalidade de mil modos pelas vivências do pensar, do sentir, do agir, do falar, de um corpo que se tornou nosso grande desconhecido, dos sentidos que não sentem e de uma ruptura com o mundo”.

Episódios traumáticos propiciam uma gestalt aberta que remete à compulsão de repetição, base do processo de transmissão transgeracional. Diante disso, o terapeuta contribui para desvelar o segredo instituído sobre os assuntos inacabados da família que são perpetuados entre as gerações, uma vez que dentro da Gestalt-Terapia o problema é decorrente de um sistema de relações disfuncionais (ANTONY, ALMEIDA, 2018).

Segundo Gomes (2018), ao analisar o abuso sexual infanto-juvenil mediante a perspectiva da Gestalt-Terapia, obtém-se uma precaução para a concepção da criança como um todo cuja identidade se constitui nas inter-relações com seu mundo. Dessa forma, nota-se que a vítima é uma parte de um todo disfuncional atrelado a uma família abusiva e negligente.

Norteados pela visão holística dessa abordagem, o gestaltista busca o desbloqueio dos fardos e legados da família trazidos e impostos à criança, para que a vítima não suceda ao ato traumático presenciado e não fique presa aos dramas e consiga superar as problemáticas psíquicas geradas, para assim ser livre e conseguir construir criativamente seu próprio caminho, com confiança em ser capaz de amar e ser amada (ANTONY, ALMEIDA, 2018).

Segundo VILELA (2019), foram registradas 17.093 denúncias de violência sexual contra menores de idade em 2018. Desse total, 13.418 foram casos de abuso sexual. Os dados também apontam que, em mais de 70% dos registros, a violência é praticada na casa da vítima ou do abusador, sendo este, principalmente, pai, mãe, padrasto ou outro parente da vítima.

Diante da incidência e das características dos casos, como ser uma violência de ocorrência, em sua maioria, intrafamiliar, o abuso sexual mobiliza várias áreas de conhecimento, como Direito, Saúde, Psicologia, Estudos Culturais. As consequências danosas para as suas vítimas convocam um comprometimento não só do poder público, mas também da sociedade para a criação de estratégias preventivas e reparadoras desse tipo de violência.

Partindo do reconhecimento da importância dos estudos psicológicos para a reparação dos danos causados pelo abuso sexual na infância, esta pesquisa se justifica, uma vez que propõe identificar as contribuições da Gestalt-terapia para a compreensão das consequências do abuso no desenvolvimento humano.

Diante do exposto, o presente estudo possui como objetivos identificar as principais contribuições que a Gestalt-terapia oferece as vítimas de abuso sexual, identificar os danos causados por tal ato. Nesse contexto, o presente estudo realizou uma revisão narrativa da literatura quanto às contribuições da Gestalt-terapia para a compreensão do impacto causado pelo abuso sexual infantil.

Partindo do reconhecimento da importância dos estudos psicológicos para a reparação dos danos causados pelo abuso sexual na infância, este projeto de pesquisa se justifica, uma vez que propõe identificar as contribuições da Gestalt-terapia, para a compreensão das consequências do abuso no desenvolvimento humano. Pesquisar sobre a Gestalt-terapia e como essa terapêutica contribui na vida de vítimas de abuso sexual na infância, por meio das superações que podem ser encontradas através do contato com as emoções, que servem de suporte para lidar com as experiências traumáticas.

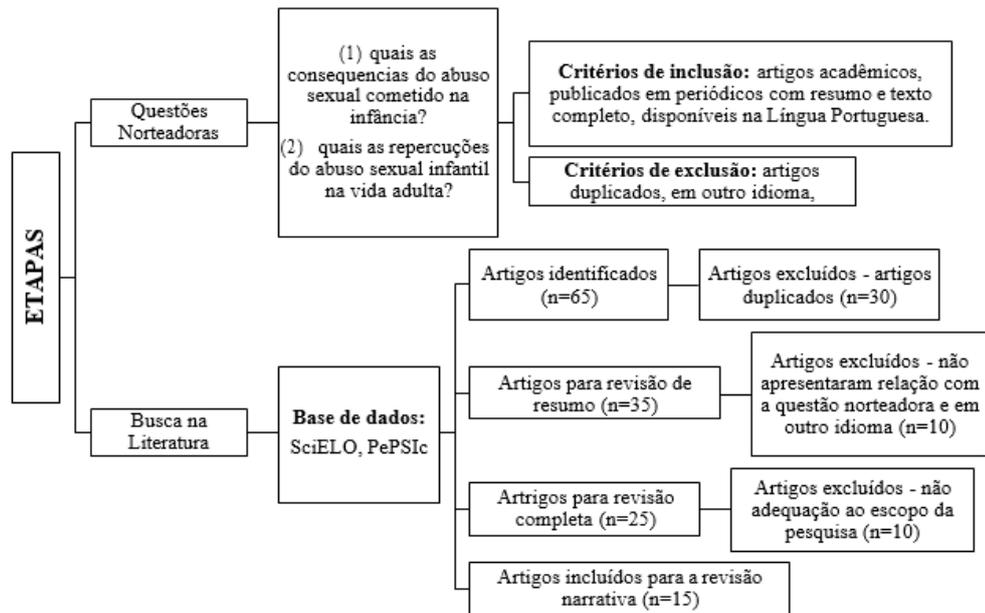
2 MÉTODO

O método utilizado foi o de revisão narrativa da literatura. Segundo Vosgerau e Romanowski (2014), a revisão narrativa da literatura é um método que possibilita examinar as contribuições das pesquisas, na perspectiva da definição da área, do campo e das disciplinas que o constituem, avaliação do acumulado da área, apontando as necessidades de melhoria do estatuto teórico metodológico, e mesmo das tendências de investigação. Os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área. As revisões de literatura podem apresentar uma recuperação de conhecimentos para fornecer um panorama histórico sobre um tema ou assunto considerando as publicações em um campo.

Esse trabalho consistiu em uma revisão narrativa da literatura de caráter exploratório e explicativo. Buscaram-se artigos científicos nos quais estivessem expressas as necessidades sociais de compreensão da Gestalt-Terapia como uma terapêutica que pode auxiliar na promoção de saúde psíquica das crianças que passaram pelo trauma do abuso sexual. Para tanto, realizou-se a seleção de artigos científicos publicados em periódicos brasileiros, entre os anos de 2005 e 2020, nas bases de dados Scielo e Pepsic.

Nas bases de dados, a pesquisa se deu por meio dos seguintes descritores: “Psicologia e abuso sexual”, “Abuso Sexual Intrafamiliar”, “Gestalt-Terapia e abuso sexual”. Os critérios de exclusão utilizados foram: publicações estrangeiras; fora do período preestabelecido; estudos com foco em outras disciplinas; que não se enquadraram no tema abordado nesse estudo; ou que estavam disponíveis apenas o resumo.

A primeira seleção de artigos foi realizada utilizando filtros nas próprias bases de dados e a leitura dos resumos dos artigos, tendo sido selecionados os 65 artigos que foram lidos na íntegra. Excluíram-se produções que, após a leitura, não apresentavam relações com nenhum dos objetivos propostos e/ou estavam dentro de um dos critérios de exclusão já apresentados. Ao final da seleção, analisaram-se 15 artigos científicos.



Fluxograma 1: Método de seleção de artigos para a pesquisa
Fonte: Autora

3 RESULTADOS

Dentre os 65 artigos encontrados para este estudo, foram localizados 35 artigos com os descritores “Psicologia e abuso sexual”, 25 “Abuso Sexual Intrafamiliar”, 5 “Gestalt-Terapia e abuso sexual”, sendo assim um total de 65 artigos científicos. Foram excluídos de acordo com o critério de exclusão de data de publicação, plataforma, duplicidade de artigos, em outro idioma. Ao final da seleção, analisaram-se 15 artigos científicos expressos na tabela 1.

Título	Autor	Ano de Publicação	Base de Dados
Abuso Sexual Infantil Em Laudos Psicológicos: As “Duas Psicologias”.	Oliveira; Russo.	2017	SciELO

Evasão escolar: uma difícil realidade da educação de jovens e adultos na escola municipal de ensino fundamental e EJA monsenhor João Coutinho.	Bezerra.	2017	Repositório UFPA
As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar.	Lima; Alberto.	2010	SciELO
O olhar de mães acerca do abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas.	Lima; Alberto.	2015	SciELO
Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil.	Santos; Dell'aglio.	2010	SciELO
Violência e exploração sexual infanto-juvenil: uma análise conceitual.	Veronese.	2012	SciELO
Hermenêutica gestáltica de umaviolência sexual intrafamiliar.	Pimentel; Araújo.	2009	SciELO
Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta.	Lira.	2017	SciELO
Marcos e dispositivos legais no combate à violência contra a mulher no Brasil.	Lima, et al.	2016	SciELO
Conselho Nacional Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente	Brasil.	2010	gov.br
Hermenêutica gestáltica do abusosexual para uma adolescente.	Araújo; Pimentel.	2007	Repositório UFPA
Vítimas de violência sexual intrafamiliar: uma abordagem gestáltica.	Antony; Almeida.	2018	Pepsic
Um estudo sobre a gestalt-terapia na contemporaneidade.	Santo Barreto.	2017	Psicologia.pt
Hermenêutica gestáltica de umaviolência sexual intrafamiliar.	Pimentel; Araújo.	2009	SciELO
Uma reflexão da gestalt-terapia sobre o impacto da ambivalência afetiva no abuso sexual infantil	Da Luz Gomes.	2018	UniBrasil

Tabela 1: artigos selecionados para discussão
Fonte: Autora

4 DISCUSSÃO

Em um contexto histórico, o abuso sexual é uma prática que foi “naturalizada” quando levada em consideração a cultura do patriarcado no Brasil. Por diversas vezes, são percebidas atitudes machistas veladas como forma de conquista, condutas abusivas normalizadas pelo sistema do patriarcado e do machismo estrutural, atitudes essas que constroem e diminuem o abusado. Não distante, o abuso infantil advém desse mesmo contexto, na qual a sociedade brasileira, sobretudo nas décadas passadas, naturalizava a relação entre homens adultos, em sua maioria, com meninas, as quais ainda não possuíam seu desenvolvimento completo, ou seja, não possuíam nem seu processo de puberdade concluído.

Em estudo de Oliveira e Russo (2017), o problema recebeu a devida visibilidade no Brasil num quadro de caráter político liberal e progressista, inicialmente, como “violação de direitos humanos”, por meio da implementação da “doutrina de proteção integral” de crianças e de adolescentes na Constituição de 1988, agora concebidos como “sujeitos de direitos”. A doutrina da Proteção Integral foi promovida pela ONU e reforçada no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Todavia, o enfoque violência sexual contra crianças aponta, na construção da categoria no Brasil, para fenômenos diversos, como a exploração sexual de crianças e adolescentes, a prostituição infantil, o turismo sexual, a pornografia infantil, a pedofilia na rede mundial de computadores e o abuso sexual.

Atos violentos contra a criança sempre estiveram presentes no processo histórico da humanidade. Crianças que nasciam deficientes eram mortas ou abandonadas, findando por definhando ou serem devoradas por animais. As razões para o infanticídio eram diversas, indo desde a diminuição de gastos, sacrifícios religiosos, rejeição da família por serem filhos de mães solteiras, ou até mesmo equilíbrio de sexos. Eram submetidas ao trabalho estafante, além de vendidas ou trocadas por mercadorias para garantir o sustento da família (BEZERRA, 2017).

Podemos caracterizar o abuso sexual por uma dessimetria categórica para a condição de abuso de uma pessoa sobre outra. Nesse contexto, entende-se como a concepção de que o agressor tem maior desenvolvimento físico e psíquico em detrimento ao de sua vítima, ou seja, torna comum a presença de outros artifícios de manifestação desse domínio, como ameaça ou chantagem (LIMA, ALBERTO, 2010). Corroborando com esse pensamento, Santos e Dell’Aglia (2010) conceituam o abuso sexual como um jogo, no qual o abusador possui desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que o da vítima, sobretudo crianças e adolescentes. Os autores ainda acrescentam que não necessariamente há a existência de contato sexual, podendo ser uma violência exibicionista, voyerista, produção de mídias, ou seja, o abuso sexual acontece com o ato sexual com ou sem penetração.

Para Lima e Alberto (2015), o abuso sexual infantil ocorre com maior frequência com meninas. Dados de sua pesquisa apontaram que as meninas são mais vitimadas se comparadas às denúncias de violência sexual cometidas contra os meninos. Nos casos denunciados como abuso sexual, especificamente o foco de interesse deste artigo, a vitimização de meninas perfaz cerca de 78% dos registros efetuados, apenas superado pelo percentual de casos de exploração sexual feminina (80%).

4.1 ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

Segundo Lima e Alberto (2010), o abuso sexual infantil intrafamiliar é uma realidade no Brasil, tal fato é confirmado pelos dados do Disque-denúncia Nacional, os quais revelam que entre os anos de

2003 e 2007 ocorreram denúncias de cerca de 28 mil casos de abuso sexual, violência sexual, tráfico e negligência, sendo que 7 mil casos foram direcionados ao abuso sexual infanto-juvenil.

O abuso sexual ocorre por meio de práticas eróticas e sexuais dadas de modo forçadas as crianças e adolescentes através da violência física, ameaça ou indução de sua vontade, podendo variar até por atos que não envolvam contato sexual. Em relação ao abuso sexual intrafamiliar, os autores supracitados dissertam que geralmente esses casos não deixam marcas físicas nas vítimas e é praticado por pessoas com alto grau de parentesco ou proximidade, ou seja, que possuem alto grau de intimidade com a criança ressaltando que as mesmas ainda possuem um certo grau de “poder” sobre as vítimas (SANTOS, DELL’AGLIO, 2010).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, afirma que é obrigação da família, da sociedade e do Estado garantir segurança ao menor, com absoluta prioridade, e todos os direitos fundamentais para um desenvolvimento saudável, colocando o menor a salvo de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Outrossim, diferente do pensamento comum, o abuso sexual contra a criança está presente em todos os eixos sociais e não somente nos que possuem menores condições financeiras, haja vista que não possui distinção religiosa, racial, cultural ou étnica. Os autores investigados nesta pesquisa, corroborando com os outros estudos já citados, também definem a ocorrência do abuso quando um sujeito portador de condições superiores (idade, força, posição social/econômica, inteligência, autoridade) dirige ações que gerem detrimientos físico, psicológico e/ou sexual, com o consentimento ou não da vítima obtido por meio de sedução, troca ou indução (BEZERRA 2017).

O Protocolo de atendimento a crianças vítimas de abuso sexual tem também a preocupação de assegurar os direitos e interesses das crianças vítimas em todas as fases do processo penal, adaptando os procedimentos às suas necessidades especiais, bem como de proporcionar a tais crianças serviços de apoio adequados no decorrer de todo o processo judicial, garantindo a formação, em particular nas áreas do direito e da psicologia, das pessoas que trabalham com as crianças vítimas (VERONESE, 2012).

Corroborando com os estudos já citados, a reação materna de afastamento da filha gera um dado comumente encontrado quando o abusador é o pai ou o padrasto, constituindo uma tentativa injusta de buscar na conduta da criança ou adolescente justificativas para compartilhar a culpa e a responsabilidade pela vivência abusiva (LIRA et al, 2017).

4.2 CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO

Em seu estudo, Lira et al (2017) dissertam que a ocorrência de abuso sexual comprometeu o convívio familiar das participantes da pesquisa. Conforme visto nos relatos das participantes de seu

estudo, a ocorrência de acentuadas discussões e agressões desencadeadas pela situação de abuso mostram que esse fenômeno apresenta, por vezes, um processo de afastamento entre os membros da família, sobretudo entre a mãe e a filha abusada. Nestas situações, embora as pessoas vivenciem outras experiências cotidianas, a questão central gira em torno da situação abusiva, as lembranças as perseguem e a situação parece difícil de ser enfrentada.

Corroborando com esse estudo, Lima (2016) disserta que a vítima de abuso sexual infantil carrega consequências além do comprometimento familiar após o abuso. Para o autor, as consequências dependem da severidade do contato, por exemplo, se houve ou não penetração, em que grau ocorreu esse contato, bem como de outros fatores como a idade da criança abusada, duração e quantidade de vezes em que o ato abusivo ocorreu e, sobretudo, a proximidade afetiva que o abusador possui do abusado.

Em seu estudo, Pimentel e Araújo (2009) alegam que as crianças que sofreram abuso sexual, mesmo de modo indireto, possuíam dificuldade de falar sobre a violência que sofreram. O abuso sexual infantil pode ocasionar consequências emocionais, físicas, sociais e sexuais. Essas implicações podem manifestar-se de múltiplas maneiras, podendo ser devastadoras e definitivas. Entre as possíveis consequências, a curto e longo prazo, está a depressão e estresse pós-traumático (LIMA, 2016).

4.3 ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

Algumas condutas devem ser tomadas pelo profissional de psicologia diante de crianças que foram vítimas de abuso sexual. Os autores a seguir, baseados no ECA, realizam um aparato de informações sobre esse atendimento psicoterápico.

Havendo suspeita e observando-se os sinais comportamentais na avaliação ou em terapia, o psicólogo deve agir conforme preconiza a Lei nº 8.069/90, artigo 13, do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”. (ECA, 2010, p. 15).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) destaca a criminalização de condutas excessivas, que causem qualquer tipo de desconforto. Tais condutas configuram ações abusivas, que, por sua vez, enquadram crianças e adolescentes como vítimas de abusos. Nesse contexto, violência, abuso ou exploração de natureza sexual não se exaurem no Código Penal, visto que, desde sua edição, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem, em suas contínuas reformulações, ocupando-se do tema. Nesse contexto, Lei 12.015, de 2009 passou a nominar, de modo diferenciado, a gama de delitos que, de algum

modo, tivesse uma raiz na questão sexual. Os atendimentos psicoterápicos que são direcionados ao sujeito no período da infância,

vítima de abuso sexual, ocorrem, sobretudo, por meio de encaminhamentos externos, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Conselho Tutelar, escolas, serviços de saúde. As principais queixas que solicitam o atendimento psicoterápico infantil são as que se baseiam, na maioria dos casos, em dificuldades de aprendizagem, aumento da agressividade, comprometimento de questões comportamentais, relativa dificuldade de estabelecer relações sociais, hiperatividade (ARAÚJO, 2010).

A Psicoterapia é um processo ativo de desenvolvimento, na qual faz acontecer o auto confronto relacionado às possibilidades do próprio paciente, visto que favorece uma sequência de revelações a si mesmo, de se entregar e questionar objetivando a libertação dos seus conflitos mais íntimos, de se reconhecer e se integrar consigo mesmo. Assim, paciente e terapeuta buscam métodos de transformação e comunicação bidirecionais e sistematizados que proporcionem mudanças (SANTOS, DELL'AGLIO, 2010).

4.4 GESTALT-TERAPIA COMO FORMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

O processo de tratamento das vítimas de violência sexual não é simples, pois envolve questões físicas, emocionais, cognitivas, sociais e ambientais. Algumas famílias se sentem envergonhadas e constrangidas, ou seja, resistem a expor esta situação íntima e dolorosa. A vulnerabilidade da vítima e da família é a chave para o encontro do tratamento.

Para a conduta do terapeuta, é indispensável que possua respeito, conhecimento e ciência. Esses pontos são essenciais para despertar a confiança de todos. Quando o abuso ainda não foi revelado e a criança chega para avaliação por apresentar alguns sinais típicos de violência sexual – tais como pedir estimulação sexual de outros, manifestar curiosidade sexual excessiva, colocar objetos no ânus ou na vagina, ter brincadeiras sexualizadas inapropriadas para a idade, expor os genitais – é fundamental que o terapeuta tome condutas protetivas e judiciais apropriadas (ANTONY, ALMEIDA, 2018).

Segundo Araújo (2010), a Gestalt-Terapia propõe uma reflexão humanista em face do psiquismo, na qual o psicólogo, por intermédio de uma postura existencial, busca ver o homem como um ser particular, ou seja, individual, único em seu modo de ser e de agir. Nesse contexto, o psicólogo passa a ver o sujeito como único no universo, o qual foi individualizado através do encontro verdadeiro entre sua subjetividade e sua singularidade. O entendimento desse encontro se torna a principal ferramenta da intervenção psicológica.

Barreto (2017), em seu estudo, sugere que o terapeuta é, essencialmente, uma tela de projeção na qual o cliente vê seu próprio potencial ausente. Desse modo, a tarefa da terapia é a recuperação deste

potencial do cliente. O terapeuta é especialmente um frustrador habilidoso, uma vez que nega resposta pronta. Todavia, é um facilitador na promoção da satisfação do cliente, fornecendo-lhe atenção e aceitação, facilitando o processo do cliente de alcançar as suas próprias respostas por meio de intervenções precisas.

A Gestalt-Terapia permite que os membros de uma família adotem consciência da totalidade do sistema familiar, buscando alertar e facilitar o seu entendimento da não culpabilidade da criança, atenuando a percepção dela como vítima e não como causadora do ato. As crianças, sobretudo as que passaram ou ainda passam por atos de abuso sexual, especialmente o intrafamiliar, são “cofres”, ou seja, possuem dificuldades ao reprimir questões emocionais, carregando suas dores e frustrações, com a premissa de não atrapalhar o convívio familiar. O gestaltista, conduzido pelo olhar holístico da abordagem, busca a libertação da criança das consequências do abuso sexual, além de intervir para a diminuição dos conflitos intrafamiliares (ANTONY, ALMEIDA, 2018).

Para a Gestalt-Terapia, uma problemática emocional não se localiza apenas nas vítimas de abuso sexual. O problema é resultado de um sistema de relações disfuncionais, ou seja, entre a família e a vítima. A visão holística da Gestalt-terapia enseja o terapeuta a adentrar nos múltiplos campos relacionais, no sistema familiar transgeracional da criança para compreender os comportamentos saudáveis e não saudáveis apresentados pós acontecimento do ato abusivo, procurando estabelecer interconexões com essas experiências traumáticas, que deixam gestalten abertas (DA LUZ GOMES, 2018).

Para Barreto (2017), a Gestalt-terapia é como uma grande estrada que nela vagam duas pessoas em sentidos opostos, na qual as duas inicialmente se encontram distantes, mas, com o

passar do tempo, vão se aproximando, até que um dia as duas pessoas ficam uma de frente à outra. Após esse encontro, percebem que as duas são a mesma e se identificam. Isso é uma concepção Gestaltáltica da auto-aceitação pelo caminho do autoconhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Abuso sexual é uma realidade mundial. O Brasil não difere de tal quadro, sobretudo o abuso sexual infantil. Abuso sexual no contexto familiar compõe uma experiência traumática, a qual afeta, principalmente, o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes. Nesse contexto, têm como resultado prejuízos que podem se estender até a vida adulta. Desse modo, trata-se de um fenômeno no qual sua revelação gera um processo de alta complexidade para a própria criança abusada, considerando, especialmente, o estágio de desenvolvimento psicossocial em que se encontra.

Os resultados deste estudo identificaram o entendimento de que o abuso sexual é uma experiência que acarreta diversos problemas, sobretudo psicológicos. A reação materna de afastamento da filha gera um dado comumente encontrado quando o abusador é o pai ou o padrasto, constituindo uma tentativa injusta de buscar na conduta da criança ou adolescente justificativas para compartilhar a culpa e a responsabilidade pela vivência abusiva. Nesse contexto, a problemáticas pós abuso sexual causa uma ferida emocional, na qual não tem origem apenas no sujeito e sim em toda sua estrutura familiar (LIRA et al, 2017).

O acompanhamento psicológico, abordado neste estudo através da Gestalt-terapia, oferta uma terapêutica do autorreconhecimento, na qual o psicólogo, juntamente com o cliente, consegue identificar perspectivas de tratamento. Ao abordar o sujeito como único, especial, o terapeuta parte da premissa de fazê-lo entender e recuperar seu potencial. Outrossim, essa abordagem deve envolver familiares, devido a problemáticas que podem ecoar no convívio social bem como tais problemáticas podem ser geradas nesse convívio.

REFERÊNCIAS

- ANTONY, S.; ALMEIDA, E. M. de. Vítimas de violência sexual intrafamiliar: uma abordagem gestáltica. Revista do NUFEN, v. 10, n. 2, p. 184-201, 2018.
- ARAÚJO, L. DA S. Resumos de Teses e Dissertações: Hermenêutica gestáltica do abuso sexual para uma adolescente. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 16, n. 1, 2010.
- ARAÚJO, L.; PIMENTEL, A. Hermenêutica gestáltica do abuso sexual para uma adolescente. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Junho: Universidade Federal do Pará.
- BARRETO, C. do E. Um estudo sobre a gestalt-terapia na contemporaneidade. 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, Brasília/DF, CEP – 70308-200. 2019
- BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria especial de direitos humanos. Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos. Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria especial de direitos humanos. Governo federal realiza Campanha Nacional Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Carnaval. Brasília, 2016.
- BRASIL, Ministério da Saúde Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. 2010. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/consultapublica/arquivos/1393133501.pdf>>. Acesso em 05 Mai.2020.
- BEZERRA, M. de H. O.; SOUSA MEIRA, J. de. Feridas da infância: repercussões da violência no desenvolvimento psíquico da criança. Revista Expressão Católica, v. 2, n. 2, 2017.
- FRAZÃO, M. L. Um pouco de história... um pouco dos bastidores. In: FRAZÃO, Meyer Lílian; FUKUMITSU, Karina Okajima (Orgs). Gestalt-terapia: influências epistemológicas e influências filosóficas. São Paulo: Summus, 2013.
- FONTAN, R. D.; et al. Principais consequências sofridas por vítimas de violência sexual no ambiente intrafamiliar. f 21. 2019.

- FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. Gestalt-terapia: conceitos fundamentais (Coleção Gestalt-terapia: fundamentos e práticas, 2). São Paulo: Summus, 2014.
- LIMA, J. A.; ALBERTO, M. de F. P. As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar. Estudos de Psicologia, v. 15, n. 2, p. 129-136, 2010.
- LIMA, J. A.; ALBERTO, M. de F. P. O olhar de mães acerca do abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas. Psicologia: ciência e profissão, v. 35, n. 4, p. 1157-1170, 2015.
- LIMA, L. A. de A.; et al. Marcos e dispositivos legais no combate à violência contra a mulher no Brasil. Revista de Enfermagem Referência, n. 11, p. 139-146, 2016.
- LIRA, M. O. de S. C.; et al. Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 26, n. 3, 2017.
- MARTINS, C. B. G.; JORGE, M. H. P. M. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do Sul do Brasil. Texto Contexto Enfermagem, 19(2), 246-255. (2010).
- LUZ GOMES, J. Uma reflexão da gestalt-terapia sobre o impacto da ambivalência afetiva no abuso sexual infantil. Anais do EVINCI-UniBrasil, v. 4, n. 2, p. 463-478, 2018.
- MARTINS, L. F. Fatores de risco e proteção da violência sexual infantil em atendimentos de psicologia jurídica. 104 f. Dissertação (mestrado em psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016. MELO, V. R. da C. O trauma psíquico no enfoque da neurociência e da Gestalt-terapia. 2007.
- OLIVEIRA, D. C. C. de; RUSSO, J. A. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as “duas psicologias”. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 27, p. 579-604, 2017.
- PIMENTEL, A. do S. G.; ARAÚJO, L. da S. Hermenêutica gestáltica de uma violência sexual intrafamiliar. Psicologia em Estudo, v. 14, n. 4, p. 569-667, 2009
- RIBEIRO, J. P. Vade-mécum de Gestalt-terapia: conceitos básicos. São Paulo: Summus, 2016.
- SANCHES, L. da C.; et al. Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. Revista Iberoamericana de Bioética, n. 9, p. 1-13, 2019.
- SANTOS, M. S.; JAEGER, F.P. “Até hoje não sei o que é a palavra amor!”: o impacto do abuso sexual em mulheres. Diálogo, n. 37, p. 09-20, 2018.
- SANTOS, S. S. dos; DELL'AGLIO, D. D. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. Psicologia & Sociedade, v. 22, n. 2, p. 328- 335, 2010.
- SILVA, F. S. da. Violência sexual intrafamiliar: um estudo sobre seu enfrentamento a partir da Intervenção Institucional. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- VILELA, P. R. Agência Brasil. Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contra-criancas-ocorre-dentro-de#:~:text=Os%20n%C3%BAmeros%20mostram%20que%20mais,do%20abusador%20ou%20da%20v%C3%ADtima>>. Acesso em: 08 Mai 2020.
- VERONESE, J. R. P. Violência e exploração sexual infanto-juvenil: uma análise conceitual. Psicol. clin, p. 117-133, 2012.
- VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P.. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 41,p. 165-189, jan./abr. 2014.

Recebido em: 04 de maio de 2022

Avaliado em: 14 de maio de 2022

Aceito em: 20 de maio de 2022

¹ Acadêmica de Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF).
E-mail: jessicatds1213@gmail.com

² Psicóloga, Mestra em Teoria Literária pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: luciana_marinho@hotmail.com

REPERCUSSÕES NA CONSTRUÇÃO DO EU A PARTIR DO CONTATO COM A PORNOGRAFIA NA TERCEIRA INFÂNCIA

REPERCUSSIONS ON THE CONSTRUCTION OF THE SELF FROM THE CONTACT WITH PORNOGRAPHY IN THE THIRD CHILDHOOD

Emile de Jesus Rodrigues¹

Luiz Araújo Florentino Júnior²

RESUMO: Com a popularização da internet, o fácil acesso das crianças e a falta de fiscalização dos pais, os infantes podem consumir conteúdos de natureza pornográfica. O objetivo desse estudo foi apontar as consequências do uso precoce da pornografia, além das consequências a médio e longo prazo em um período de desenvolvimento cognitivo e emocional e como pode afetar suas relações interpessoais. Para tanto, para o desenvolvimento dessa pesquisa qualitativa, foi feita uma busca nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, através dos descritores pré-selecionadas, e o período de tempo compreendendo os últimos 10 anos, publicados no Brasil. Foram encontrados 1.722 resultados, e após ter feito o processo de triagem dos materiais encontrados, seguindo os critérios de inclusão e exclusão, finalizou-se com 08 artigos selecionados, sendo 07 advindos do Google Acadêmico e 01 do SciELO, entre eles periódicos, artigos e capítulos de livros. Assim, após realizar a leitura dos artigos, foi possível identificar quatro questões importantes para o desenvolvimento desse trabalho: sexo, sexualidade e suas concepções; sexualidade na infância: características do desenvolvimento; utilização da internet; e o primeiro acesso e consequências do uso. A pesquisa possibilitou analisar os riscos do acesso precoce à pornografia na terceira infância, as consequências e o impacto nas relações interpessoais, e abordar o desenvolvimento da sexualidade infantil, bem como a dificuldade dos adultos em transmitir uma educação sexual sem limitações e dogmas, mostrando alguns motivos de as crianças recorrem a esses meios para obter informações que podem se apresentar como inseguras.

Palavras-chave: Pornografia; Infância; Consumo; Sexualidade; Vício.

ABSTRACT: Due to the popularization of internet, the easy access to children and the lack of parent surveillance, the child exposure to pornography content is a mental health risk. This study aimed to highlight the consequences of early access to pornography, in addition to the middle and long-term consequences for this cognitive and social development period and how this experience may affect their interpersonal relationships. The database used at this study were google scholar, SciELO and academic books, through inclusive and exclusive criteria. Four categories were identified for the development of this paper: Sex, Sexuality and their conceptions, Sexuality at childhood, Developmental features, Internet using and the consequences of its use. The possibility of analyzing the risks of early access to childhood pornography, such consequences and interpersonal relationships, and addressing the elderly development of child sexuality, as well as the problem of early research into adult pornography in an unprotected sex education and dogmas, Some reasons children turn to these means to obtain information that they can present as safe.

Keywords: Pornography, Childhood, Consuming, Sexuality, Addiction.

1 INTRODUÇÃO

A infância ao longo da história foi mudando suas características e definições. Philippe Ariès foi um grande estudioso sobre a concepção da infância desde a Idade Média até o século XVIII. Seu trabalho

é da maior importância para a história da infância. Sua teoria mostra que este período do desenvolvimento é uma construção social, e a ideia de infância é o que distingue a criança do adulto (CORSARO, 2011).

Desde a antiguidade as crianças eram consideradas seres inferiores e que não mereciam um tratamento diferenciado. Elas passaram a ser vistas e tratadas de maneira diferente com o passar dos anos através das mudanças que ocorreram na forma e desenvolvimento e evolução da sociedade, deixando de ser parte da vida adulta e sendo classificadas a partir de então como pertencentes a infância do ser. Sendo assim, o sentimento de infância, de preocupação com a educação moral e pedagógica, o comportamento no meio social, são ideias que surgiram já na modernidade (BARBOSA; MAGALHÕES, 2013).

Na terceira infância, fase que abrange dos seis anos até a puberdade, ocorre o desenvolvimento da capacidade afetiva, sensibilidade, autoestima, raciocínio, pensamento e linguagem em relação às experiências com o meio. Sendo assim, a infância é uma fase de desenvolvimento social, emocional e cognitivo (FELIPE, 2007) na qual ocorrem mudanças significativas na forma como a criança se relaciona. Apesar de já serem apresentados estudos que traçam o perfil da terceira infância, é necessário considerar os fatores culturais, econômicos e sociais.

Durante essa fase a criança começa a expandir seu meio social e, em decorrência disso, o desenvolvimento social, emocional e cognitivo acontece de forma acentuada. Com relação ao desenvolvimento cognitivo, a terceira infância representa a entrada da criança no estágio das operações concretas de Piaget, que apresenta como características a capacidade lógica de compreender o mundo através de novas organizações e a formação de novas estruturas, além do melhor desenvolvimento da linguagem (PIAGET, 1997, 2000 apud VIEIRA; LINO, 2007, p. 209).

Tratando-se de transformações e meios sociais que podem afetar o sujeito, não se pode deixar de pensar que nas últimas décadas se presenciou o advento e a popularização da internet que, hoje em dia, permite que se tenha todas as informações em um clique, o que não seria diferente em relação à pornografia (BAUMEL et al., 2019). Com a possível falta de fiscalização, crianças e pré-adolescentes podem encontrar facilmente vários tipos de conteúdo sexual mesmo sem procurá-los, podendo, dessa forma, começar a ter sua formação sexual através da pornografia.

O Brasil está entre os vinte países que mais consomem pornografia, de acordo com os dados apresentados pelo site PornHube (PORNHUBE, 2019), e segundo dados da Folha de São Paulo (2001), crianças são vítimas de pornografia todos os dias. O estudo mostra que 4,7% dos internautas que acessam conteúdo pornográfico são crianças, mas no Brasil esse número é ainda maior, atingindo a marca de 6,56% (BRITO, 2018).

As crianças, assim como os adultos, constroem relações e ficam sujeitas a influências sociais e afetivas nas suas construções de identidade. Hodiernamente, entende-se a sexualidade como construção social, histórica e política, logo, torna-se impossível explicá-la sem seu contexto de vivência. Nesse

sentido, é notória a problemática acerca da escassa atenção que a sexualidade da criança recebe dos adultos presentes na sua formação. Ignora-se que ela envolve pensamentos, emoções, sentimentos, segredos, fantasias, desejos, crenças, valores, papéis e relacionamento (SCHINDHELM, 2011), além de ser construída por compartilhamentos de histórias, interações, e o significado que se atribui a cada questão. Sendo assim, o desenvolvimento sexual é atravessado pela cultura e pelas regras que exercem influência no comportamento.

A formação da construção do eu consiste em transformar a estrutura externa em interna por meio do mecanismo de aprendizagem na relação entre o organismo e o meio, sendo o conceito de identidade mais do que descritivo. Embora esse conceito esteja relacionado ao desenvolvimento de processos biopsíquicos, a identidade do eu não é uma organização produzida pelo processo natural de maturação, mas está intimamente relacionada às condições culturais e sociais (GONÇALVES, 2004).

A socióloga Dianna Russell traz que o uso da pornografia está começando cada vez mais cedo entre os jovens e que, infelizmente, para muitas crianças, a pornografia será a única forma de aprender sobre educação sexual (PAUL, 2004 apud POSTAL et al, 2018, p. 64). Durante a fase da infância, momento em que há uma vulnerabilidade cognitiva, emocional e sexual, mensagens ou imagens impróprias podem influenciar negativamente o comportamento e suas relações interpessoais.

Ademais, para a psicologia, a criança ainda não tem desenvolvido a maturidade e experiência para conduzir tais informações. Seguindo essa linha de pensamento e levando em consideração o posicionamento de estudiosos a respeito dos impactos da pornografia na infância, pode-se fazer uso da fala de Schelb ([entre 2010 e 2019] p.31) para destacar o impulso negativo que o uso da pornografia proporciona ao desenvolvimento das relações na infância:

(...) crianças são altamente vulneráveis a mensagens visuais pornográficas ou obscenas, pois as induzem abusivamente a praticar ou agir conforme as imagens a que são expostas. A capacidade reduzida (vulnerabilidade psicológica) das crianças para lidar e compreender a sexualidade adulta e temas afins impõe uma proteção legal especial. Por essa razão, as leis brasileiras protegem as crianças não apenas de contato sexuais físicos, mas também de imagens e mensagens pornográficas.

Durante a formação da criança, a família e a escola são responsáveis pelas primeiras referências de educação sexual, com base nas quais o infante, por meio de processos, constrói uma visão de si mesmo, corporal e subjetivamente. Esta primeira experiência é importante para as futuras relações afetivas de forma que a criança espelha suas próximas relações no que já vivenciou. Caso seja uma aprendizagem superficial, carregada de pudores, limitações, dogmas, tabus e visões negativas e reducionistas da sexualidade, impedirão consequentemente a vivência desta de forma saudável, responsável e plena (GROFF, 2015).

Reprimir a sexualidade na criança é dificultar o seu desenvolvimento, a descoberta de seus corpos e de seus prazeres não permitindo que as crianças se descubram de forma amorosa, carinhosa e inocente, no entanto, alguns adultos usam a “inocência” como desculpa para isentar as crianças de

sentimentos e sensações sexuais. Percebe-se assim que a sexualidade infantil pode causar constrangimentos e inseguranças para os professores e pais (GROFF, 2015).

Diante dos pontos abordados, pode-se observar o quanto as crianças são suscetíveis a exposição desse tipo de conteúdo e os riscos que isso pode oferecer a formação da sua identidade, além da forma com que aprenderão a se relacionar a partir do acesso à pornografia, à medida que não há uma abordagem tão grande sobre educação sexual, tendo em vista que na nossa sociedade não existe, em momento algum do desenvolvimento da criança, orientação ou empenho para tanto de forma mais acessível.

Portanto, a presente pesquisa, que tem por objetivo identificar o impacto da pornografia a médio e longo prazo, além de pontuar possíveis consequências nas relações interpessoais a partir destas experiências na infância, torna-se necessária, a fim de complementar os poucos estudos existentes nessa área até então e servir de base teórica a futuras pesquisas.

2 METODOLOGIA

O trabalho aqui desenvolvido consiste em uma pesquisa bibliográfica e exploratória com abordagem qualitativa, cuja elaboração se deu a partir de materiais já publicados, como artigos, monografias e teses lidas de forma objetiva buscando pontos dos textos que abordavam diretamente o tema do estudo, objetivando proporcionar maior familiaridade, além de identificar os fatores que apontam o fácil acesso à pornografia na terceira infância e explicar as consequências na construção do eu. Tais conteúdos foram selecionados através da busca de palavras-chave como pornografia, infância, sexualidade, consumo, vício.

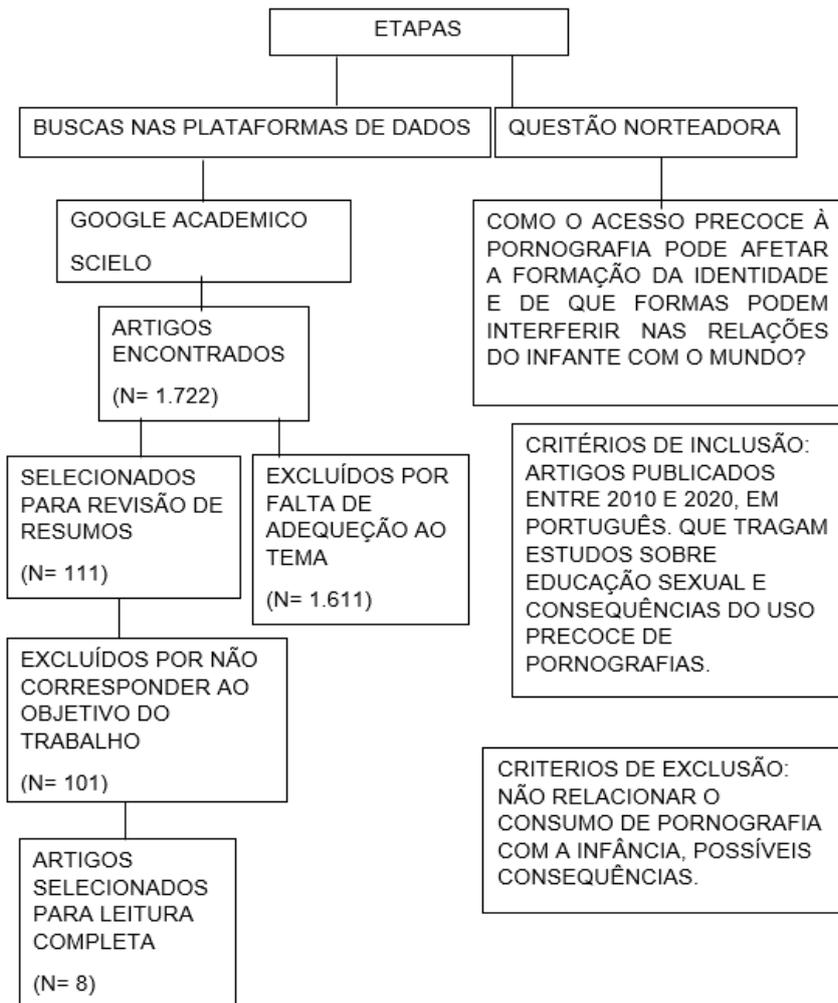
Essas informações foram obtidas nas plataformas virtuais Google Acadêmico e no SciELO, tendo como critérios de inclusão o período de postagem, compreendendo o intervalo de tempo entre 2010 e 2020, assim como o país de publicação e idioma em que foram escritas, priorizando as de língua portuguesa, produzidas no Brasil. Já de exclusão, o critério foi a falta de adequação dos artigos ao objetivo do estudo por não relacionar o consumo de pornografia no período da infância e suas possíveis consequências para o desenvolvimento interpessoal, que tem como propósito desenvolver uma pesquisa básica para gerar conhecimentos novos ao avanço da ciência, selecionando publicações relevantes que abordem consequências do uso excedente da pornografia, o acesso, bem como o seu uso precoce.

Para a seleção dos textos foram feitas as pesquisas nas plataformas descritas. No Google Acadêmico foi realizada uma busca com uma combinação de palavras-chave, com a inserção de um operador lógico "+", usado para conectar as palavras de acordo com o comando. Desse modo, foram encontrados 1.720 resultados, mas somente 110 foram analisados por motivos de não adequação ao tema e pelo não cumprimento dos requisitos necessários. A busca no SciELO sucedeu de forma

semelhante, utilizando a ferramenta de busca avançada com o operador lógico “AND”, com a junção das expressões “consumo de pornografia” e “sexualidade”, resultando em 02 materiais encontrados.

A triagem dos resultados ocorreu na seguinte sequência: partiu-se primeiro da leitura dos títulos, seguindo-se para os resumos, considerando aqueles que tinham as informações necessárias que abordassem educação sexual na infância, impacto do uso de pornografia como ferramenta de educação sexual para a realização deste trabalho e, só assim, foi feita a leitura objetiva dos artigos selecionados após essas etapas, finalizando-se o processo com 08 artigos selecionados, sendo 07 advindos do Google Acadêmico e 01 do SciELO.

Figura 1. Apresentação do processo de busca e seleção dos artigos.



Fonte: Autoria própria.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após ter feito o processo de busca relatado na metodologia, foram escolhidos 08 artigos com assuntos pertinentes ao tema abordado para desenvolver essa seção de resultados e discussão que serão apresentados no quadro 01 a seguir, com seus respectivos dados selecionados em sua maioria no Google Acadêmico, e apenas 1 no SciELO, entre artigos, teses e um capítulo de livro.

Quadro 1. apresentação dos artigos selecionados.

Base de dados	Periódicos	Títulos	Autores	Ano
Google Acadêmico	PUC-Rio-Certificação Digital N°1512746/CA	Pornografia on-line: uma nova forma de consumo compulsivo	MENDES, Bruno Farias	2020
Google Acadêmico	Pimenta Cultural	Capítulo 7: Crianças brasileiras e a internet na perspectiva dos riscos, danos e oportunidades	SAMPAIO, Inês Silva V.	2017
Google Acadêmico	Revista Eletrônica de Extensão da URI	Possíveis consequências da pornografia na sexualidade humana	POSTAL, Aline Stefane <i>et al.</i>	2018
Google Acadêmico	Universidade Federal do Pará instituto de filosofia e ciências humanas programa de pós-graduação em psicologia	Pornografia na cultura virtual: Considerações psicanalíticas sobre devaneios eróticos na rede mundial de dados digitais.	NETO, Alberto Ribeiro	2017
Google Acadêmico	Universidade Federal do Paraná	Produzir o sexo verdadeiro, regular o sexo educado: aproximações entre o cinema pornô e a educação sexual	MIKOS, Camila Macedo Ferreira	2017
Google Acadêmico	Universidade Federal do Paraná	transição entre a infância e a adolescência: concepções de alunos, professores e pais sobre sexo e sexualidade	GROFF, Alcione Maria	2015
Google Acadêmico	Textura - ulbra	criança, infância e tecnologias: desafios e relações aprendentes	INÁCIO, Cláudia de Oliveira <i>et al.</i>	2019
SCIELO	Psico-USF	Atitudes de Jovens frente à Pornografia e suas Consequências	BAUMEL, Cynthia Perovano Camargo <i>et al.</i>	2019

Fonte: Autoria própria.

Além disso, os artigos escolhidos foram separados e agrupados de acordo com os tipos de estudos, bem como pesquisas de campo, revisões literárias e análises de filmes, listando-se os artigos selecionados como mostra no quadro 2, para facilitar a compreensão.

Quadro 2. Apresentação dos artigos segundo os tipos de estudos.

TIPO DE ESTUDO	ARTIGO
Pesquisa de campo.	Crianças brasileiras e a internet na perspectiva dos riscos, danos e oportunidades.

	Transição entre a infância e a adolescência: concepções de alunos, professores e pais sobre sexo e sexualidade.
	Atitudes de jovens frente a pornografia e suas consequências.
Revisão de literatura / Pesquisa de campo.	Pornografia on-line: uma nova forma de consumo compulsivo.
Análise de filme / Revisão de literatura.	Produzir o sexo verdadeiro, regular o sexo educado: aproximação entre o cinema pornô e a educação sexual.
Revisão de literatura.	Possíveis consequências da pornografia na sexualidade humana.
	Pornografia na cultura virtual: considerações psicanalíticas sobre devaneios eróticos na rede mundial de dados digitais.
	Crianças, infância e tecnologias: desafios e relações aprendentes.

Fonte: Autoria própria.

Desse modo, após realizar a leitura dos artigos, foi possível identificar quatro questões importantes para o desenvolvimento desse trabalho: sexo, sexualidade e suas concepções; sexualidade na infância: características do desenvolvimento; utilização da internet; e o primeiro acesso e consequências do uso.

Sexo, sexualidade e suas concepções.

Mikos (2017) traz uma abordagem em que contextualiza os primeiros filmes pornôs com a educação sexual. A pornografia inicialmente teria um caráter pedagógico, já que se tratavam de filmes curtos apresentados em bordéis para estimular os homens que os frequentavam e também para educá-los acerca da forma que deveriam usar os serviços ofertados pelas mulheres que trabalhavam nestes ambientes. Atualmente, com os avanços da globalização em decorrência do fácil acesso à internet, as crianças e adolescentes estão mais próximas dos conteúdos pornográficos, sendo assim, vêm aumentando as discussões entre a relação de educação sexual e pornôs. A autora ainda discute ideias a fim de relacionar o silêncio entre a família e a escola em torno do sexo, e a contribuição para que as crianças e adolescentes recorram a pornografia.

Seguindo essa linha, Groff (2015) fez uma pesquisa com pais, professores e alunos do 5º ano de uma escola no Acre. A pesquisa aplicada às crianças gerou os seguintes resultados: questões de Gênero; mitos sobre o nascimento; namoro e beijo na boca; gravidez e relações sexuais; diálogo com os pais; diálogo com os professores na escola.

Na questão sobre o que é ter relações sexuais, a pesquisa mostrou que boa parte das crianças tem consciência sobre o que envolve o contato íntimo entre homens e mulheres e um pequeno número delas tem o conhecimento sobre o ato sexual em si. Dentre elas, algumas mencionaram a penetração no ânus e um número reduzido de crianças não sabe como é. Pelas respostas foram notadas influências da mídia na obtenção das informações. Em três respostas mais específicas há relatos de crianças que aprenderam assistindo a filmes e novelas em que em algum momento aparecem cenas de sexo, porém, o comportamento de seus pais é mudar o canal ou pedir para que se retirem da sala (GROFF, 2015).

Ainda seguindo os resultados da pesquisa, a autora pode observar que em relação a questões como o diálogo entre adultos e crianças ou pré-adolescentes, o comportamento demonstrado pelos responsáveis como manifestações de risadinhas, inquietação, ou até o desvio de olhar, evidenciam vergonha e constrangimento por parte destes ao serem questionados. Durante seu desenvolvimento, as crianças podem se deparar com informações desconexas e fantasiosas e imitarem conversas reproduzidas por adultos mesmo sem ter a dimensão do que se trata. Possivelmente, por esse motivo, houve unanimidade no discurso do grupo dos adultos investigados ao afirmar que criança pequena não pode falar sobre o assunto porque isso é coisa de adulto.

Dessa forma, Silva e Nunes (2006) alertam para que o adulto perceba que a criança, mesmo pequena, quase sempre está observando as conversas e que internaliza o discurso exposto pelo seu grupo de convívio. Portanto, mesmo que seja imperceptível para os adultos, eles transmitem para as crianças uma forma de Educação Sexual na qual este assunto não é permitido para crianças. Sendo assim, caso o infante tenha dúvidas a respeito do assunto, dificilmente questionará aos responsáveis, buscando sanar sua curiosidade por meio de outras fontes de informação, mesmo não sendo seguras (apud GROFF, 2015, p. 91).

Como consequência da falta de comunicação e a busca pela informação na internet, Baumel et al. (2019) expõem os efeitos negativos e positivos sentidos com o uso de conteúdo pornográfico. Alguns danos possíveis são a associação entre o uso de pornografia e atitudes que apoiam a violência contra a mulher e o comportamento sexual agressivo, o desenvolvimento de vícios, e a idealização de um ambiente pornográfico em que todos têm um corpo padrão e sempre estão dispostos. Como possíveis benefícios a compreensão do comportamento sexual e as descobertas sobre o próprio corpo e o dos outros, diversificação do comportamento sexual, normalização do desejo, ao entender que a pornografia pode tornar-se uma representação de suas fantasias sexuais.

Sexualidade na infância: características do desenvolvimento.

Postal et al (2018) têm como base para o seu trabalho a abordagem psicanalítica seguindo os estudos de Freud, pesquisador que possibilitou grandes descobertas sobre o desenvolvimento da sexualidade humana, visto que nunca antes tinha se pensado que esta estaria ligada ao indivíduo desde a infância. Segundo Freud, a sexualidade está atrelada ao indivíduo desde que ele nasce e o acompanha até sua morte. A partir do momento do seu nascimento o indivíduo é provido de desejos, conflitos e afetos, sendo o desenvolvimento humano proporcionado a partir do desenvolvimento psicosssexual.

O próprio Freud (1908; 2006) explica parte da guerra contra a masturbação na moral sexual cultural, mostrando que boa parte das práticas autoeróticas masturbatórias no período da infância sofrem perseguições e repressões por parte dos adultos, fazendo com que a criança tenha medo e desenvolva uma relação de culpa diante de tais práticas (apud RIBEIRO NETO, 2017).

Groff (2015) entende que a característica do desenvolvimento da sexualidade infantil perpassa o comportamento das crianças e que podem ser observadas as manifestações da sexualidade, seja por curiosidade, atos, indagações, observações ou experiências vividas e expressas. A compreensão da sexualidade infantil deve ser associada ao desenvolvimento emocional como um todo.

Esta autora, citando Lopes e Maia (2001), define o entendimento da criança sobre as questões relacionadas à sexualidade, a partir da identificação entre pertencer ao sexo masculino ou feminino, isto é, relaciona as características de gênero para chegar à identidade sexual. Este processo se dá através de situações imaginárias e simbólicas que desenvolvem na criança a consciência de ser homem ou mulher.

Enquanto isso, a criança, por volta dos oito anos de idade, deseja saber mais sobre a vida conjugal e sexual. Para Suplicy (1999, p. 56), esse interesse não parte de um pensamento erótico, mas sim da expressão de sua curiosidade, pois a criança começa a entrar em uma fase de aprofundamento intelectual e emocional. Ela se interessa nesse momento principalmente por relações entre menino e menina. Os questionamentos sobre relação sexual passam a se repetir, em busca de mais detalhes, procurando entender coisas como o que é sexo oral e anal etc. É um período onde meninos e meninas começam a competir entre si, não se permitem dar as mãos, visto que sentem uma erotização com a qual não sabem lidar (apud GROFF, 2015).

Utilização da internet

Com os avanços da tecnologia, principalmente da internet, que oferece informações desejadas de imediato e de fácil modo, é compreensível o encanto das crianças com essa rede de dados. No entanto, o progresso tecnológico, da industrialização e globalização, tem reforçado tanto de maneira “[...] positiva quanto negativa – para a velocidade de crescimento e de desenvolvimento das pessoas e têm influenciado vários fatores que atuam no desequilíbrio saúde-doença da sociedade, inclusive nos grupos mais vulneráveis, como as crianças e adolescentes” (GRACIELA; ESTEFENON; EISENSTEIN, 2008, p. 41, apud INÁCIO et al, 2019, p. 39).

Sampaio, Máximo e Cavalcante (2017) entendem que os riscos e possibilidades às quais as crianças estão expostas on-line também estão relacionadas aos riscos e possibilidades off-line, às quais contribuem para seu estado de vulnerabilidade no dia a dia. Perceber e identificar oportunidades e riscos presentes na internet e lidar de forma responsável e segura com eles, são atos que podem estar ligados diretamente a uma boa condição de acesso ou, ainda, a uma mediação parental que estimule esse tipo de descoberta. Por outro lado, o risco de cyberbullying, termo que corresponde à agressão moral organizada por grupos e realizada através da Internet, ou de sexting, que é a prática de enviar conteúdo pornográfico em forma de texto, fotos ou vídeos por meio de aplicativos e redes sociais, vincula-se à exposição indiscriminada de mensagens com conteúdo sexual exibidas em veículos de veículos de comunicação de massa como, por exemplo, programas de televisão e revistas.

A facilidade com que as crianças se conectam hoje e o consumo de modo excessivo sem supervisão de adultos responsáveis vem a manifestar vários riscos para as crianças, podendo-se ter como exemplo os muitos tipos de violência e abusos sexuais praticados pela internet, além do fato de que crianças pequenas aceitam publicidades como informações verídicas e precisas por não possuírem discernimento para diferenciar tais conteúdos (INÁCIO et al., 2019).

Sampaio, Máximo e Cavalcante (2017) fizeram seu estudo com dois grupos de crianças entre 11 e 12 anos, divididos por gênero. Ao escutar os participantes da pesquisa, percebe-se que foram capazes de reconhecer oportunidades e conhecimentos presentes na internet, principalmente conteúdos envolvidos com a aprendizagem, entretenimento e a conectividade, como as mídias sociais, muitas vezes correlacionados uns aos outros. Dessa forma, “tecnologias digitais, facilitam a expressão, comunicação e relações interpessoais, além de proporcionarem estímulos que incentivam o raciocínio e a criatividade das crianças” (INÁCIO et al., 2019, p 50).

Também foi possível identificar com base nas conversas tidas com as crianças alguns riscos que elas apontam: o contato com estranhos, o uso excessivo das mídias móveis, o cyberbullying e o sexting que têm suas fronteiras e audiências ampliadas pelos dispositivos móveis à medida que “6% das crianças já viram mensagens ou vídeos com conteúdo sexual na internet. As crianças brasileiras tiveram mais contato com esse conteúdo em sites de redes sociais (2%) e por meio de mensagens instantâneas (2%)” (SAMPAIO; MÁXIMO; CAVALCANTE, 2017, p. 197).

Ao avaliar este processo com todas as suas reflexões e paradoxos da tecnologia na infância, pode-se perceber que enquanto o uso exacerbado de tecnologia pode promover riscos e contradições para a vida da criança no que diz respeito a saúde física, cognitiva, emocional e psicológica, as tecnologias, quando utilizadas com moderação, podem beneficiar a criança no desenvolvimento da ação e imaginação infantil, possibilitando ampliar as relações com esse saber. É importante reafirmar a necessidade de presença de adultos para interagir com os modos de ver, pensar e agir de acordo com os recursos culturais para exercitar o ato de educar de forma participativa e ativa com a criança (INÁCIO et al, 2019).

Com a finalidade de evidenciar os objetivos desta pesquisa, Baumel et al. (2019) apontaram dados relevantes para o desenvolvimento dos consumidores de conteúdos pornográficos e obtiveram resultados que indicam o comportamento de comparação de seus corpos com os que estão sendo apresentados, preocupação com seu desempenho e a idealização de seus futuros parceiros. Isso pode gerar uma pressão em seus relacionamentos, contribuindo com cobranças e inseguranças que podem se expandir para suas relações interpessoais, além dos relacionamentos amorosos. Dessa forma, ocorre uma percepção negativa de si, desestabilizando sua autoestima.

Baumel et al. (2019) puderam observar em sua pesquisa que entre as mulheres, o primeiro uso da pornografia é confuso. Se, por um lado, é uma forma de aprendizagem movida pela curiosidade que aumenta a compreensão do próprio corpo e dos corpos de outros, sendo um momento de privacidade

que representa felicidade e liberdade, por outro, desperta sensações como timidez, vergonha, arrependimento e culpa por estar consumindo esse conteúdo.

Primeiro acesso e consequências do uso

Psicólogos e sociólogos têm estudado nos últimos anos o impacto da pornografia na sexualidade e nos relacionamentos. No caso de homens que consomem pornografia com frequência, eles têm uma maior tendência de desenvolver expectativas irreais sobre os comportamentos femininos e seus corpos, além de uma maior dificuldade em formar laços e manter uma relação saudável, sentindo-se sexualmente satisfeitos (POSTAL et al, 2018).

A fim de contribuir com os dados anteriormente apresentados por Postal et al (2018), Mendes (2020), em sua pesquisa, aborda histórias de vida dos participantes a partir dos primeiros contatos com a pornografia. Para auxiliar nesse estudo, foi feito o recorte de alguns dos relatos que foram coletados no seu estudo para evidenciar as consequências do uso precoce de pornografia, como mostra no quadro 3.

Quadro 3. Histórias de vida de alguns participantes da pesquisa.

HISTÓRIAS DE VIDA
<p>“teve o primeiro contato com pornografia aos 9 anos de idade enquanto seu pai navegava na internet, mas somente aos 12 anos passou a consumir diariamente. Ele relatou que começou por materiais “mais leves, como mulher sem sutiã”, que naquela época era “super excitante”, mas que depois passou a não mais excitá-lo. Procurou então cenas de “sexo explícito, depois suruba e foi piorando até chegar a ler contos eróticos de incesto e zoofilia”. Ele descreve que a pior consequência do consumo de pornografia na adolescência ocorreu aos 14 anos, quando estava na casa de sua tia. Neste dia, olhou para uma cadela que havia na casa e teve vontade de fazer sexo com o animal.” (Broda) Pag. 92</p>
<p>“Como muitos aqui, eu comecei a me masturbar com 11 anos e a ver pornografia com 12. No início, era muito bom, tinha várias ereções. Era normal chegar da escola e correr para o banheiro e me masturbar pensando na professora, nas colegas de turmas ou vendo uma revista playboy. Logo depois, descobri a pornografia na internet e começava a entrar nos sites pornográficos. Mas tudo se acentuou com 17 anos quando passei a ter internet banda larga no quarto. E aí comecei a baixar pornografia sem parar” (Randy, confidente) Pag. 69</p>
<p>“conheci a pornografia com mais ou menos 11 anos (...) porem na época eu não poderia pegar em uma locadora pois era muito novo além da vergonha de alguém em minha casa descobrir. (...) Entretanto o que já era ruim acabou piorando quando aos 14 anos passei a ter acesso à internet em casa, eu comecei a me afundar mais e mais nesse vício pois bastava me trancar no quarto, eu não precisaria mais ter que pedir dvd emprestado a alguém. todos os dias eu sentia necessidade de consumir pornografia” (Alexandre17, confidente, Diário do Vegeta) Pag. 67</p>
<p>A primeira vez que tive contato com pornografia foi aos 9 anos de idade. Fitas VHS do tio, vi escondido, com meus irmãos. A coisa começou a tomar força anos mais tarde, com 13 anos, quando a internet ganhava espaço na minha casa. A partir de então, passei gradativamente a ver pornografia cada vez mais regularmente, até se transformar em uma rotina diária de 30 a 60 minutos. (...) Até pouco tempo atrás não havia percebido o quanto isso estava me fazendo mal. Pra ser específico, até fevereiro deste ano” (Brainbuilder, socializador) Pag.67</p>
<p>“Olá galera, 22 anos sou viciado desde de que tinha uns 12 anos só saquei que era viciado no começo de 2015, quando tive depressão e então me tratei com psiquiatras, psicólogos tomava remédios controlados. Tentei suicídio, mas meu irmão me salvou no dia! NÃO SABIA A CAUSA da Depressão: “PORNOGRAFIA”. Hoje eu sei, perdi empregos! Minha vida tá uma bosta!!! Eu me masturbava quase todo dia 3;5 vezes por dia já me a pornografia quase me matou várias vezes tava tão pirado da cabeça que cheguei a pagar para sair com garotas de programas, as piores que vocês possam imaginar 15 reais,10 reais, 5 reais 7 reais uma vez!!! Eu tive relações com travestis, com gay, mas eu sou heterossexual !!! (Arqueiro, confidente, Diário do Arqueiro de Jesus). Pag. 91</p>

Fonte: Mendes (2020), adaptado para a pesquisa

A média de conteúdo pornográfico consumido por um adolescente é de duas horas por semana. Enquanto a idade média de um jovem fazer sexo real é de 17 anos. As estatísticas mostram que este jovem consumiu cerca de 1.400 horas de pornografia antes de fazer sexo na vida real (POSTAL et al., 2018). Sendo assim, o quadro apresentado mostra histórias de jovens que fazem parte dessa estatística.

Baixa autoestima, dificuldade em manter relações, solidão, procrastinação, negligências com atividades relacionadas a escola e trabalho são consequências a médio e longo prazo ligadas diretamente ao consumo de pornografia on-line, devido a estimulação do cérebro aos conteúdos sexuais (MENDES, 2020). Outro resultado importante das consequências negativas do consumo de pornografia é a necessidade de buscar novos e mais extremos estímulos pornográficos para obter o mesmo prazer, como pode-se observar nos relatos apresentados no quadro 3, e um dos motivos para que isso aconteça são as mudanças anatômicas do cérebro (POSTAL et al., 2018).

Chaim, Bandeira e Andrade (2015 apud POSTAL et al., 2018) apresentam como essas mudanças e os seus processos ocorrem no cérebro sobre o estímulo de pornografia e seu poder viciante de uma forma mais detalhada, no que diz respeito ao sistema de recompensa, que é um circuito neuronal que tem a função de captar e transmitir sensações prazerosas e aprendizado, que pode originar à repetição de um comportamento, liberando-se a dopamina, que é um neurotransmissor que pode ter função excitatória ou inibitória dependendo do local de atuação, apresentando funções diferentes. Já no gânglio basal, a dopamina é essencial para a execução de movimentos controlados. E no lóbulo frontal ela regula o número de informações transmitidas por outras partes do cérebro, e finalmente se faz responsável pela sensação de euforia, podendo aliviar a dor ou aumentar o prazer caso esteja em grande quantidade nessa região (ANDRADE et al., 2003 apud POSTAL et al., 2018). Quando age no cérebro, a dopamina induz o indivíduo a ignorar estímulos negativos, desencadeando sensações de êxtase e excitação, o que cria uma forte dependência no sujeito (LOVE et al., 2015 apud POSTAL et al., 2018).

De acordo com Mendes (2020), a perda do interesse sexual é uma consequência que os consumidores sofrem e muitas vezes está associada a impotência ou a substituição do sexo real pelo sexo virtual. Outras consequências negativas são sono insuficiente, sonolência diurna, perda de memória e estão relacionadas ao consumo excessivo de internet e pornografia. Além disso, quanto mais jovem for a primeira exposição a pornografia on-line, maior será a probabilidade de consumir materiais relacionados a zoofilia ou pornografia infantil (SEIGFRIED-SPELLAR; ROGERS, 2013 apud MENDES, 2020).

Além disso, alguns relatam depressão, ansiedade e problemas familiares e buscam a pornografia para atenuar essas consequências como mostra o quadro 3. Dado o exposto, a depressão e os pensamentos suicidas parecem estar no limite do consumo de pornografia. Destaque-se que para chegar a esse estágio é preciso passar por anos de consumo excessivo. Por último, o consumo prolongado produzirá dessensibilização, levando-se à busca por “pornografia pesada” ou o aumento da quantidade para obter o mesmo grau de prazer. Assim, os pensamentos suicidas ocorrem em mais da metade das

pessoas quando descobrem que não conseguem mais se libertar de um comportamento compulsivo (MENDES, 2020).

4 CONCLUSÃO

A pesquisa possibilitou a análise dos riscos ao acesso precoce do uso de pornografia na terceira infância, suas consequências e o impacto nas suas futuras relações interpessoais, além de abordar o desenvolvimento da sexualidade infantil e a dificuldade dos adultos em transmitir uma educação sexual mais aberta e sem limitações, dogmas e visões negativas da sexualidade, mostrando-se os motivos para que as crianças recorram a outros meios de obter essas informações que muitas vezes não são seguras.

O objetivo proposto deste estudo mostrou-se bastante relevante para o cenário de pesquisa científica no Brasil pela falta de artigos que abordam esse tema, especificamente no período da infância, fase de construção das relações, onde se inicia o desenvolvimento emocional, cognitivo, a construção da identidade e desenvolvimento da capacidade afetiva, ficando sujeitos a influências sociais, contribuindo como base teórica para futuros pesquisadores que desejem evoluir as pesquisas relacionadas com a problemática deste artigo.

Como toda pesquisa, este estudo encontrou questões limitadoras para seu desenvolvimento, como a escassez de artigos na língua portuguesa, a falta de publicação em algumas plataformas de buscas e a escolha da fase da terceira infância foi o maior limitador para o desenvolvimento dessa pesquisa. Apesar das dificuldades encontradas, esse artigo é de suma importância para a contribuição de novos conhecimentos e deixar aberta a possibilidade de desenvolvimento de futuras pesquisas. Por fim, sugere-se a ampliação dos anos de publicação para averiguar maiores resultados, bem como inserção de outras plataformas de busca e idiomas diversos do português, além da possibilidade da realização de uma pesquisa aplicada com jovens adultos para poder compreender melhor como a pornografia pode ter impactado suas vidas e aprimorar as questões da construção do eu.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Analedy Amorim; MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. A concepção de infância na visão philippe ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância. Revista ufr, [s. l.], 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/examapaku/article/viewFile/1456/1050> . Acesso em: 23 maio 2021.
- BAUMEL, Cynthia Perovano Camargo et al. Atitudes de Jovens frente à Pornografia e suas Consequências. Psico-USF, Campinas, v. 24, n. 1, p. 131- 144, jan. 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240111>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/Jpt5TYJSjkDbV5ckSDyvvhG/?lang=p> . Acesso em: 23 maio 2021.
- BRITO, Leandro de Hins. Pornografia: Fuja dela ou ela te dominará. Revista ensaio teológicos., [s. l.], v.4, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/55879/Downloads/284-1142-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.
- CORSARO, William A. Sociologia da Infância. Minha biblioteca, Porto Alegre, v. Vol.4, ed.2, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536325422/> . Acesso em: 23 maio 2021

- FELIPE, Jane. O desenvolvimento infantil e na perspectiva sociointeracionista: Piaget, Vygotsky, Wallon. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E (org.). Educação infantil: Pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2007. cap. 3, p. 27-37. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-%20BR&lr=&id=XB5009zOZTQC&oi=fnd&pg=PA27&dq=desenvolvimento+infantil+piaget%20t&ots=QBhE4ERuJ8&sig=6xIAEjvs6Z6_3I7ZlaqHvIrd8#v=onepage&q=desenvolvimento%20infantil%20piaget&f=false. Acesso em: 23 mai. 2021.
- GONCALVES, Maria Augusta Salin. Identidade do eu, consciência moral e estágios do desenvolvimento: perspectivas para a educação. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 19, p.73-89, dez. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752004000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2021.
- GROFF, Alcione Maria. Transição entre a infância e a adolescência: concepções de alunos, professores e pais sobre sexo e sexualidade. Orientador: Prof^a Dr^a Maria Augusta Bolsanello. 2015. 153 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: http://www.pgge.ufpr.br/teses/d2015_Alcione%20Maria%20Groff.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.
- INÁCIO, Cláudia de Oliveira, et al. Crianças, infância e tecnologias: desafios e relações aprendentes. *Textura*, v. 21 n. 46, abr/jun., 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231314798.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.
- MENDES, Bruno Farias. Pornografia on-line: uma nova forma de consumo compulsivo. Orientador: Prof. Luís Fernando Hor-meyll Álvares. 2020. 141 f. Tese (Doutorado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/49420/49420.PDF>. Acesso em: 25 out. 2021.
- MIKOS, Camila Macedo F. Produzir o sexo verdadeiro, regular o sexo educado: aproximação entre o cinema pornô e a educação sexual. Orientador: Prof. Dr. Jamil Cabral Sierra. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/147519571.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.
- PORNHUB. Análise do ano de 2019. Pornhub Insights, [s. l.], 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2019-year-in->. Acesso em: 23 maio 2021.
- POSTAL, Aline Stefane et al. Possíveis consequências da pornografia na sexualidade humana. *Revista Eletrônica de Extensão da URI*, [s. l.], v. 14, n. 27, p. 66- 75, out., 2018. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_027/artigos/pdf/Artigo_07.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.
- RIBEIRO NETO, Alberto. Pornografia na cultura virtual: Considerações psicanalíticas sobre devaneios eróticos na rede mundial de dados digitais. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <https://ppgp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Turma%202014/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Alberto.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.
- SAMPAIO, Inês Silvia V; MÁXIMO, Thinayna Mendonça; CAVALCANTE, Andrea Pinheiro P. Crianças brasileiras e a internet na perspectiva dos riscos, danos e oportunidades. In: ALCÂNTRA, Alessandra; GUEDES, Brenda (org.). Comunicação e infância: processos em perspectiva. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017. cap. 7, p. 176-199. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51904/1/2017_capliv_isvsamapio3.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.
- SCHEL, Guilherme. Aspectos jurídicos da vulnerabilidade psicológica e sexual da criança à pornografia. [entre 2010 e 2019]. Disponível em: file:///C:/Users/archr/Downloads/18_Aspectos%20jur%C3%ADdicos.pdf. Acesso em: 23 mai. 2021.
- SCHINDHELM, Virginia Georg. A sexualidade na educação infantil. *Revista Aleph*, [s. l.], ano 2011, n. 16, ed. n, 7 jul. 2014. DOI <https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i16.39056>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39056/22494>. Acesso em: 23 maio 2021.
- VIEIRA, Fátima; LINO, Dalila. As contribuições da teoria de Piaget para a pedagogia da infância In: FORMOSINHO, Júlia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuko Mochida; PINAZZA, Mônica Appezzato (org.). Pedagogia(s) da Infância. Dialogando com o passado construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. Cap.8, p. 197-218. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536312156/>. Acesso em: 23 Maio 2021.

Recebido em: 06 de maio de 2022

Avaliado em: 15 de maio de 2022

Aceito em: 25 de maio de 2022

¹ Discente do Curso de Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco – FACESF
E-mail: emilesky159@hotmail.com

² Psicólogo Especialista em Terapia Analítico Comportamental (UNIJORGE) e Gestão em Saúde (UNIVASF).
Docente do Curso de Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco – FACESF.
E-mail: luizflorentinojr@gmail.com

UMA ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM GESTANTES E A IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO

AN ANALYSIS OF THE PSYCHOSOCIAL REPERCUSSIONS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON PREGNANT WOMEN AND THE IMPORTANCE OF PSYCHOLOGICAL PRENATAL

Ilkislaine Gomes da Silva¹

Luiz Araújo Florentino Junior²

RESUMO: A gestação é um processo natural que envolve mudanças físicas, mental e econômica. Devido ao agravamento da pandemia da COVID-19, muitas mulheres têm dúvidas, medos e receios do que pode acontecer consigo ou com o embrião/feto caso contraia a doença. Diante disso, buscou-se analisar os fatores que podem levar as gestantes a desencadear alterações psicológicas diante das consequências do novo coronavírus. Através de análise de comentários na plataforma de vídeos on-line YouTube, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando a leitura exploratória, analítica e reflexiva acerca dos comentários, que contribuíram para o seu desenvolvimento a fim de elucidar a pergunta norteadora. Para isso, foram selecionados vídeos de doutores e especialistas em saúde da mulher, publicados entre os anos de 2020 e 2021, utilizando-se os seguintes descritores de forma combinada: Gestação e Pandemia; COVID-19 e Gravidez. Feita a análise dos comentários dos vídeos, o conteúdo foi organizado em três categorias que se referem aos efeitos da COVID-19 em gestantes que contraíram o vírus; dificuldades encontradas para acesso aos serviços de saúde e impactos psicológicos da pandemia da COVID-19 na saúde mental. Diante das informações obtidas na pesquisa, pode-se perceber que os fatores vivenciados durante a pandemia, como a exigência do isolamento social, dificuldades na realização do pré-natal e medo de contrair o vírus, acabam gerando resultados negativos nos processos psicológicos das gestantes.

Palavras-chave: Gestação; Pandemia; Pré-natal psicológico; COVID-19.

ABSTRACT: Pregnancy is a natural process that bonds to physical, mental and economic changes. Due to the worsening of COVID-19 pandemic, many women have doubts and fears about what may happens to them or to their embryo/fetus if they get these disease. Thus, this paper analyzed factors that can lead pregnant women to trigger psychological changes in the face of the consequences of the new coronavirus. A qualitative study was conducted using a reflexive and exploratory reading on online YouTube comments. The Chosen comments were those ones who were made by pregnancy women that commented on Educational Videos presented by Phd and Specialists at Woman Health study field. Data Analysis was conducted considering three categories that refer to the effects of COVID-19 on pregnant women who have contracted the virus; Troubles on accessing public health services and the pandemic psychological effects on mental health. In front of the data obtained on this research, the lifegoing experienced during COVID-19 pandemic, like social isolation, difficulties for fulfil prenatal exams and the fear of contracting vírus, might lead to negative psychological outcomes on pregnants.

Keywords: Pregnancy; Pandemic; Psychological prenatal; COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

A gestação é um dos momentos mais esperados entre pessoas com útero. Embora seja um momento muito aguardado, algumas não se sentem preparadas para as adaptações que o período traz, como alterações físicas, hormonais, de personalidade, insônia, entre outros. Durante a gestação, mais especificamente falando de mulhere cisgênero, 10% a 15% vivenciam sintomas de ansiedade e

depressão variando de grau leve ao moderado (LIMA, 2017). Além dessas alterações, que são consideradas como um processo natural da gravidez, elas estão mais apreensivas com a evolução dos agravos que a pandemia da COVID-19 vem deixando em todo o mundo, pois vivenciar um contexto pandêmico, é uma mudança que acarreta grandes impactos psicológicos para toda a população, principalmente para as gestantes, já que elas não temem só pela sua saúde e bem-estar, mas pela do seu bebê também, com uma possível transmissão vertical (ESTRELA, 2020).

Wilheim, em seu livro “O que é Psicologia Pré-Natal” (2006, p. 11), aborda questões pertinentes sobre a gestação e a psicologia no contexto do pré-natal, trazendo reflexões sobre a importância de saber se as condições do ambiente que o feto veio ao mundo eram favoráveis, pois uma das primeiras reações do bebê será de entrar em seu estado de consciência conhecido na neonatologia moderna como “estado de alerta tranquilo”. Em outras palavras, deixa a entender que o ambiente e o estado psíquico da mãe podem influenciar no desenvolvimento da criança. “Psicoterapeutas de várias correntes, trabalhando com crianças e adultos, têm-se deparado com frequência cada vez maior com evidências que levam à constatação da existência de traumas pré e perinatais” (WILHEIM, 2016, p.19).

A nova variante SARS-CoV-2, classificada como grupo da COVID-19, tem deixado as gestantes preocupadas e estressadas, pois mulheres grávidas são mais aptas a desenvolver problemas respiratórios, devido às alterações imunológicas. Essa nova variante pode causar problemas respiratórios, como febre, tosse etc. (CHEN, 2020). Diante dessa realidade tão preocupante, que afeta o físico e o emocional das gestantes, ter o apoio psicológico é fundamental nesse período para garantir a prevenção e promoção dos cuidados dessas mulheres.

É nítida a necessidade de buscar conhecimentos e evidências epidemiológicas para ajudar as gestantes nesse momento que as vem deixando tão fragilizadas, fisicamente e mentalmente. Diante disso, cabe aos profissionais de saúde ajudá-las a enfrentar as dificuldades do momento atual da forma mais saudável possível. O acompanhamento multiprofissional na Atenção Primária à Saúde (APS) mostra-se como uma forma de melhorar o acompanhamento pré-natal, da gestante de forma integral. Os benefícios da realização do acompanhamento pré-natal têm ampla discussão no meio científico, com a redução da mortalidade materna e infantil sendo o principal deles (FRANCO et al, 2020).

Maldonado (2013) traz na sua obra as mudanças que a mulher sofre no período gestacional, falando sobre as crises e as transições que ocorrem durante esse tempo, comparando-se as crises dessas mulheres com as de uma situação traumática que pode ocorrer repentinamente, como o nascimento de um filho prematuro, desemprego, assim como uma morte inesperada de uma pessoa amada.

Diante disso, ter um acompanhamento que abranja todas as necessidades das gestantes é de suma importância, pois deve-se obter métodos para ajudar no suporte para essas mulheres. Desta forma, o Pré-Natal Psicológico (PNP) é uma prática complementar ao pré-natal ginecológico, com o intuito de trazer mais humanização para a gestação. O PNP trabalha com o propósito de fazer com que as grávidas se sintam seguras para falar de suas emoções e aflições durante esse período e, nessa

perspectiva, tem a função de ajudar e orientar as mães sobre as patologias físicas ou psicológicas (ARRAIS; ARAUJO, 2019). Com isso, o PNP seria um fator de grande ajuda para os enfrentamentos repentinos que o momento atual traz. Portanto, ter um(a) psicólogo(a) especializado(a) para atender as demandas de questões emocionais pode proporcionar um melhor desempenho funcional acerca das mudanças psíquicas enfrentadas nesse período.

Gutman (2016) traz a seguinte citação no prefácio do seu livro, mencionando que:

[...] reconhecer-se em palavras dominam sentimentos compartilhados, feridas emocionais e solidões, é sempre um alívio. Mas insisto em dizer que nós mulheres transformadas em mães, temos a obrigação de empreender um caminho de questionamento profundo. É verdade que é difícil se transformar em mãe. É verdade que representa uma crise pouco reconhecida socialmente (p. 13-14).

Mediante as dificuldades já mencionadas, faz-se necessário ter um olhar voltado para o cuidado psíquico das gestantes, garantindo o apoio e uma escuta qualificada para as demandas emocionais. Portanto, o presente trabalho teve como intuito investigar como a pandemia tem afetado a saúde mental das gestantes e discutir a importância de se ter um acompanhamento psicológico nesse período, como a prática do PNP, que é um método que visa oferecer um acolhimento e orientações psicológicas, assim como ajudar no conhecimento e possível prevenção de alterações emocionais, evitando um adoecimento mental após o parto (BORTOLETTI et al., 2017 apud SCHIAVO, 2019). Assim, a pesquisa se justifica devido à escassez de trabalhos científicos elaborados pelo ramo da psicologia que enfoque os problemas psicológicos que o contexto pandêmico da COVID-19 pode acarretar a saúde psíquica dessas pessoas com útero.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi baseado em uma análise de comentários na plataforma de vídeos on-line YouTube, sendo de natureza qualitativa, utilizando a leitura exploratória, analítica e reflexiva acerca dos comentários que contribuíram para o seu desenvolvimento a fim de elucidar a pergunta norteadora, em outras palavras, refletir e analisar quais foram as dificuldades relacionadas à pandemia e os impactos psicológicos causados às gestantes.

O YouTube é um dos maiores sites de vídeos, que permite aos usuários adicionar seus próprios arquivos na rede, sendo visualizados por qualquer pessoa no mundo inteiro (DANTAS, s.d). Nesse período pandêmico as redes sociais têm tido grande importância, pois através delas se tem acesso às informações sobre a pandemia e as formas de proteção (MALAVÉ, 2020). Diante disso, o YouTube é uma plataforma que vem ajudando em debates de assuntos pouco mencionados em ambientes físicos ou em sites. A gestação no contexto pandêmico é um desses assuntos. Nessa plataforma de vídeo reúnem-se pessoas que se reconhecem nos conteúdos, gerando discussões e opiniões sobre a temática que se identificaram.

Foram analisados vídeos de Doutores e Especialistas em saúde da mulher, que falassem em seus conteúdos sobre as gestantes no contexto pandêmico, contendo mais de 100 mil inscritos no canal e um quantitativo de no mínimo 35 e máximo de 700 comentários. Os vídeos selecionados deveriam estar entre o período de tempo de fevereiro de 2020 a setembro de 2021, utilizando os seguintes descritores de forma combinada: Gestação e Pandemia; COVID-19 e Gravidez. Os critérios de exclusão se relacionavam a publicações de vídeos estrangeiros, conteúdos maiores que 20 minutos, fragmentos de reportagens médicas em canais de televisão e os que não continham comentários, assim não podendo contribuir com o objetivo deste estudo.

Após a aplicação dos filtros, e com base nos critérios de exclusão já mencionados, realizou-se uma análise dos comentários encontrados, sendo escolhidos aqueles que foram feitos em entre um período de 6 (meses) a 1 (ano) depois da aplicação do vídeo, obtendo-se 8 (oito) comentários em vídeos postados em 2020 e 5 (cinco) em 2021, somando uma quantitativa de 13 respostas de acordo com o período estimado perante os critérios e que se relacionava com o objetivo geral da pesquisa em questão. Desta forma foram separados em 3 (três) categorias:

1. Efeitos da COVID-19 em gestantes que contraíram o vírus;
2. Dificuldades encontradas pelas gestantes para obter acesso aos serviços de saúde
3. Impactos psicológicos gerados pela pandemia para saúde mental das gestantes

É importante ressaltar que ao se transcrever os comentários obtidos, estes foram mantidos da forma que se encontravam escritos pelas usuárias da plataforma de vídeo, havendo apenas duas modificações: onde havia *emojis* nas frases, foi colocado em parênteses o nome da figura que o representava; nos locais em que constavam nomes próprios das crianças, estes foram substituídos por “nome suprimido pelos autores”, em parênteses, para maior garantia do sigilo.

Para explicar os resultados e discussão, buscou-se publicações de artigos e periódicos online que falassem das gestantes dentro do contexto pandêmico da COVID-19 que se encaixassem com a temática do presente trabalho, sendo distribuídos de acordo com as categorias já mencionadas anteriormente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestação é um período no qual a mulher passa por transições, que afetam seu estado físico, mental e econômico, sendo considerado um processo natural. Com isso, esse momento deve ser visto tanto pela gestante como pelos profissionais de saúde como um processo saudável na vida dessa mulher. Entretanto, mediante as problemáticas identificadas com relação ao tema, faz-se necessário discutir alguns aspectos, separados em categorias, conforme apontado na metodologia.

Efeitos da COVID-19 em gestantes que contraíram o vírus.

O caderno de Atenção Básica - Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco, de número 32, ressalta, em suma, que qualquer situação que venha a interferir nos processos de bem-estar das gestantes, deve-se manter a atenção e assistência de forma apta para que se possa evitar e prevenir danos físicos e psicológicos e, principalmente, óbitos materno-fetais (BRASIL, 2013).

Devido ao agravo da pandemia, muitas mulheres têm dúvidas, medos e receios do que pode acontecer consigo ou com o embrião/feto caso contraia a doença. Tendo em vista os aumentos de mortes pelo vírus no mundo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou as gestantes como grupo de risco para COVID-19, decretando que o protocolo de diagnóstico da COVID-19 seja realizado da mesma (BRASIL, 2020). Com todas essas mudanças repentinas na vida dessas mulheres, novas demandas de cuidados estão sendo adotadas, fazendo com que elas tenham que se adaptar a essa realidade. Portanto, o Ministério da Saúde (2020, p 1-2) classificou as gestantes como grupo de risco devido a condição atual de transmissão e o manejo terá que ser realizado conforme as demais síndromes gripais, com zelo em relação aos sinais e sintomas que demonstram gravidades clínicas e indicação do uso de oseltamivir, se identificado quadro de síndrome gripal.

Ao serem analisados os comentários dos vídeos escolhidos, pode-se observar que as inseguranças, medos, incertezas e a dor da perda já estão fazendo parte da vida das grávidas. A pandemia vem deixando diversas marcas nessas mulheres, algumas delas apresentarão certo grau de dificuldade de se reverter ou trabalhar. Podemos ver essa realidade nos relatos das gestantes G1 e G2, identificados no canal “Boa Gravidez”, mais especificamente em 2 minutos e 30 segundos do vídeo:

“Tive covid 19 no dia 01/08/20, 14 dias depois engravidei, e infelizmente sofri um aborto com 8 semanas de gestão, não teve explicação, mas os médicos acreditam que foi sim causado pela covid 19. Agora estou pra fazer o teste de gravidez no próximo sábado, mas estou com muito medo de uma nova perda!” (G1).

“Em setembro peguei covid e também perdi meu príncipe (nome suprimido pelos autores) em 24 semanas de gravidez (emojis de choros)” (G2).

Ainda não existem estudos específicos que comprovem que a COVID-19 possa causar uma transmissão vertical ou um possível aborto. No entanto, uma pesquisa realizada por Dashraath et al. (2020) ressalta que as complicações fetais causadas pela COVID-19 podem incluir aborto espontâneo entre uma estimativa de 2% e parto prematuro em torno de 39%. Porém, em um trabalho desenvolvido por Chen et al. (2020), feito através de um estudo sobre características clínicas e potencial de transmissão vertical intrauterina da infecção por COVID-19 em nove gestantes, que se deu através de uma revisão retrospectiva de prontuários médicos, não foram identificadas evidências que sugeriram que

o desenvolvimento de pneumonia por COVID-19 no terceiro trimestre da gravidez poderia levar à ocorrência de resultados adversos graves em neonatos e infecção fetal que pode ser causada pela transmissão vertical intrauterina.

Entretanto, em um surto de Zika Vírus, causado pelo *Aedes aegypti* em 2015, também proporcionou diversos efeitos colaterais nas gestantes e em seus fetos, fazendo com que os bebês nascessem com microcefalia e outras malformações congênitas, conhecidas como síndrome congênita do Zika. A infecção pelo vírus Zika também está associada a outras complicações da gravidez, incluindo parto prematuro e aborto espontâneo (SEDICIAS, 2020). Até o momento, os Coronavírus como grupo, aqui incluído o SARS-Cov-2, não são caracterizados como teratogênicos (causadores de malformações no feto), mas a doença materna pode causar outras complicações, como prematuridade e perda gestacional (SIAT, 2020).

Devido a essa ausência de informações voltadas para o campo das gestantes, ou dos efeitos a longo prazo para o embrião, sendo assim, considerado um fator desencadeador das incertezas crescentes, pode ser observado através dos diversos comentários que a saúde mental e física deve se tornar um foco de grande urgência, pois essas mulheres têm vivido em um período de incertezas, medo, isolamento e crises emocionais que vão além do que se é esperado para o processo da gestação.

Dificuldades encontradas para acesso aos serviços de saúde.

O objetivo do acompanhamento pré-natal é assegurar o desenvolvimento da gestação, permitindo o parto de um recém-nascido saudável, sem impacto para a saúde materna, inclusive abordando aspectos psicossociais e as atividades educativas e preventivas (BRASIL, 2013, p. 33). No conteúdo da Dra. Fernanda Torres, "CORONAVÍRUS E GRAVIDEZ", sobre o que deve ser feito nessa fase, foi abordado o pré-natal. O tema é informado em 2 minutos e 12 segundos após o início do vídeo. Diante disso, foram encontradas preocupações acerca das dificuldades enfrentadas pelas gestantes para o acompanhamento do pré-natal.

"descobri que estou grávida a desde do final de março acho que estou com 12 semanas, mas não consigo iniciar o pré Natal pois o PSF não estão fazendo e nem tem previsão. não sei o que devo fazer estou desesperada! tenho muito medo. a senhora tem alguma dica que possa me ajudar, tem alguma forma de obrigar o médico do PSF inicia meu pré Natal ?" (G3).

"Boa noite'doutora sou de Sao Paulo estou muito preocupada, estou de 24 semamas. Só fiz 1 consulta do pré natal até agora. A UBS cancelou o meu segundo pre natal. Não tenho conseguido fazer o acompanhamento (emojis de carinho triste e coração partido) É a minha primeira gestação e estou muito preocupada" (G4).

"olá no meu caso o posto de saúde a qual eu pertenço cancelou todos os pré natal,tou com 7 meses e só tem 4 consultas até agora não sei o que faço...Doutora porfavor me der alguma solução?" (G5).

Esse tipo de relato também pode ser encontrado no vídeo da Dra. Juliana Amato, "Coronavírus e Gestação", da seguinte forma:

“O ideal seria a obstetra que acompanha nos avaliará enquanto gestante? Aqui a recomendação na minha cidade foi procurar pronto Socorro do hospital, nem na USF atendem, e é super cansativo (emoji de carinha triste)” (G6).

No Brasil, embora haja uma diminuição de mortalidade materna, o número de mortes neonatais continua insatisfatório, pois os óbitos que ocorrem ainda são por causas evitáveis, como as mortes neonatais e perinatais de sífilis congênitas, e

hipertensão arterial sistêmica. Agravos como esses podem ser minimizados diante de um acompanhamento adequado durante o pré-natal (BRASIL, 2013).

Para um bom acompanhamento do pré-natal é necessário que a equipe de saúde efetue os procedimentos técnicos de forma correta e uniforme durante a realização dos exames complementares (BRASIL, 2013, p. 69). De acordo com Duarte (2006, apud CARDOSO, 2019), a assistência ao pré-natal consiste na prevenção de doenças e agravos, a promoção da saúde e o tratamento dos problemas ocorridos durante a gestação até o pós-parto. Isso visa a redução das taxas de morbimortalidade materna e infantil, adotando-se medidas que assegurem a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento às gestantes.

Dessen (2001) ressalta que os suportes sociais recebidos e percebidos pelas pessoas são fundamentais para a manutenção da saúde mental, para o enfrentamento de situações estressantes, como tornar-se pai ou cuidar de alguém doente por muito tempo, para o alívio dos estresses físico e mental e para a promoção de efeitos benéficos nos processos fisiológicos relacionados aos sistemas cardiovascular, endócrino e imunológico. Com isso, ter alguém durante esse momento ao seu lado pode ajudar no processo psicológico saudável.

Em decorrência da atual situação pandêmica da COVID-19, algumas maternidades em hospitais adotaram o isolamento durante o parto com o intuito de diminuir o risco de exposição ao vírus. Contudo, tais medidas de proteção devem ser revistas e analisadas conforme protocolos de biossegurança, considerando os benefícios da garantia da Lei do Acompanhante, assim como as consequências negativas que o sentimento de solidão pode ocasionar para a mãe durante um momento tão marcante em sua vida (FARIAS, 2020).

Perante a Lei N. 9.263, de 1996, que trata do planejamento sexual e reprodutivo (planejamento familiar), a gestante tem direito a acompanhamento especializado durante a gravidez, que determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem obrigação de garantir, em toda a sua rede de serviços, programa de atenção integral à saúde, em todos os seus ciclos vitais, que inclua, como atividades básicas, a assistência à concepção e contracepção, o atendimento pré-natal e a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato, assim como a Lei N. 10.048, regulamentada no dia 8 (oito) de novembro, que assegura às gestantes e lactantes ter atendimento prioritário em hospitais, órgãos e empresas públicas e em bancos (CNJ; 2016).

Impactos psicológicos da pandemia da COVID-19 na saúde mental.

A gestação promove diversas mudanças na vida das mulheres, pois elas passam por processos de transformações que afetam seu estado físico e emocional. Uma saúde física e mental adequada é um fator protetor para transtornos de humor e, para algumas mulheres, a gravidez pode aumentar a vulnerabilidade a doenças psiquiátricas (SACCONE et al., 2020). Em todos os vídeos analisados, era nítido o quanto o momento tem afetado no desenvolvimento psicológico das gestantes, além dos processos considerados esperados para o momento vivido.

Ao serem analisados os vídeos dos Doutores e Especialistas selecionados, foram identificados diversos comentários que ressaltam as crises psicológicas que vêm acontecendo com as gestantes. Nos comentários do conteúdo do Dr. Igor Padovesi, “Coronavírus: recomendações pra gestantes, puérperas e na amamentação”, foram encontrados os seguintes comentários:

“Meu deus como fui engravidar agora com essa doença aí meu deus estou com 23 semanas muito preocupada” (G7).

“Estou com 10 semanas de gestação as vezes fico pensando pq eu engravidei ? mais não foi eu foi Deus Ele sabe de tudo e da Hora certa também. Tenho fé em Deus que não vai atingir meu filho nem chegar em mim o senhor sabe de Todas as coisa(agora 22 semanas espera do meu (nome suprimido pelos autores)” (G8).

Em outro vídeo, também publicado pelo Dr. Igor Padovesi, intitulado “PANDEMIA COVID-19 | Amamentação e Gravidez: recomendações atualizadas”, é possível encontrar relatos como o do outro conteúdo, que expressam as angústias que essas pessoas com útero têm passado durante a pandemia da COVID-19.

“Tenho uma bebe de 10 dias e nao to nem mexendo nas redes sociais pra nao ficar mais nervosa, nos primeiros dias eu so chorava e falava que queria guarda minha bebe num potinho, ainda mais que meu marido é uber. Nem assisti o video de medo de me deixar nervosa agr que Deus me acalmou” (G9).

“Grávida de 37 semanas e 4 dias muito preocupada, meu deus protege a todos nós amém (emoji com máscara cirúrgica e carinha angustiada)” (G10).

“Estou com 21 semanas é ontem fui pra maternidade com crise de pânico, sem ar de tanto ver noticiário, meu Deus tenha misericórdia de nós” (G11).

A gravidez é considerada um período vulnerável, pois o sofrimento psicológico causa consequências negativas para a mãe e o bebê. Pessoas com útero, grávidas durante a pandemia, podem ser particularmente afetadas, com crises de ansiedade, estresse, afeto negativo e depressão leve ou moderada. Em um estudo realizado por Morales (2021), demonstrou-se um maior aumento de depressão, ansiedade e afeto negativo em mulheres grávidas do que em mulheres não grávidas. Esta publicação aponta uma grande proporção logo nos primeiros 50 dias de quarentena da pandemia.

De acordo com a publicação, a mista de medidas repetidas (ANOVA)

correlacionou um efeito significativo do tempo e da interação do grupo de tempo na depressão. Portanto, mostra-se que o prolongamento da pandemia e a gravidez parecem ser variáveis que aumentam a gravidade dos sintomas depressivos. O primeiro período da pandemia (até o dia 15) teve um efeito homogêneo em ambos os grupos, mas após 50 dias, o efeito foi maior em mulheres grávidas.

Lidar com os riscos da doença e ainda reorganizar toda sua vida de forma adaptativa para que se possa tomar conta do trabalho, atividades domésticas e questões familiares diante de uma pandemia não é fácil, principalmente quando se

está à espera de um bebê. Com isso, essas gestantes ficaram mais vulneráveis ao desenvolvimento de quadros de ansiedade e depressão, os quais se agravaram por estarem isoladas em suas casas, sem saber a quem recorrer, mediante tanta discordância sobre o efeito da COVID-19 nas gestantes (SANTANA, 2021).

Assim como nos comentários obtidos nos vídeos do Dr. Igor, esses tipos de postagens subjetivas também foram identificados no conteúdo da Especialista em Saúde da Mulher, Patrícia Moreira, em sua fala que passa em 1 minuto e 23 segundos do seu assunto, e da Dra. Fernanda Torres, em 8 minutos e 55 segundos do seu tema, respectivamente:

“Tenho 39 anos, e estou com 11 semanas, depois de dois filhos grandes, super assustada ainda” (G12).

“Descobri agora outubro que estou grávida terceiro filho. Estou em pânico! Medo covid, medo da Cesária hospitale pior ficar longe meu filho de 2 anos....e um de 8 anos. Cesaria será em outra cidade. E pra piorar estou acima peso. choro dia noite” (G13).

Portanto, pensar nesses entraves que vêm acarretando diversos impactos, como problemas psicológicos nas gestantes, é fundamental para que se possa passar por essas crises de forma mais saudável, tanto para as mulheres cis ou homens transgêneros, como para seu feto/embrião. Ter um bom acompanhamento durante esse período é fundamental. Tendo isso em vista, o grupo de Língua Portuguesa da Sociedade Marcé Internacional para a Saúde Mental Perinatal (2020) desenvolveu um programa com a nomenclatura “Programa vida; quando a vida não escolhe tempo para nascer”, com diversas ações, tendo como seu objetivo primordial ajudar os profissionais de saúde a promover a saúde mental de mães, pais e bebês durante o estado de pandemia da COVID-19, em Portugal, no Brasil, e em outros países de língua portuguesa, trazendo dicas para ajudar nas consultas de pré-natal (THE MARCÉ SOCIETY, 2020).

Baptista et al. (2018, apud OLIVEIRA et al, 2019, p. 51) ressaltam que o acompanhamento psicológico logo no início da gestação, paralelo ao pré-natal, é de grande importância, podendo verificar a existência de quadros depressivos principiantes, evitando a evolução quando associados a fatores de risco, como idade, renda familiar, condição racial e estado civil. O psicólogo atua na investigação das alterações sofridas pela gestante, trabalhando em favor do controle dos possíveis problemas identificados, intervindo como agente de prevenção.

Sendo assim, pode-se constatar que é de grande importância implementar o pré-natal psicológico nas consultas dessas pessoas grávidas para que se possa cuidar dos processos psíquicos de forma mais ampla, pois o pré-natal psicológico se configura como um espaço capaz de prestar um auxílio psicoterapêutico o mais cedo possível sobre eventuais crises psíquicas, a fim de propor uma gestação saudável, bem como a chegada prazerosa do bebê que está por vir, seja ou não num contexto pandêmico (BENINCASA, 2019).

4 CONCLUSÃO

Esse estudo buscou apresentar os efeitos psicológicos que a pandemia da COVID-19 trouxe às mulheres grávidas, assim como a importância de se ter um acompanhamento psicológico nesse período. Vale ressaltar que ainda não se sabe quais serão os efeitos futuros causados nos aspectos psíquicos dessas gestantes nas relações de seus vínculos com o seu bebê, podendo desencadear a síndrome da mãe super protetora, que pode gerar preocupações constantes com possíveis ameaças, mesmo que não existam, sentimento de culpa quando algo foge do controle e cobrança excessiva de si própria e dos outros a sua volta para que o filho não sofra (OLIVEIRA, 2018). Esses tipos de comportamentos podem ser prejudiciais no processo de desenvolvimento da criança, já que atualmente essas pessoas com útero têm passado por rigoroso processo de cuidado consigo e seu feto.

Os resultados fazem refletir sobre os problemas vivenciados na pandemia da COVID-19 que não são percebidos ou mencionados, pois são considerados efeitos secundários da doença. No entanto, estes acabam influenciando ainda mais nos processos de saúde de uma gestante, sendo um desencadeador de estresse psicológico, ansiedade, medos, depressão, dentre outros. Desse modo, compreende-se a necessidade de cuidar dessas mulheres cis e homens trans de forma acolhedora e humana, principalmente no quesito do pré-natal, lugar onde a pessoa gestante precisa se sentir mais segura, ouvida e amparada, tornando-se de grande importância, pois ainda há escassez em publicações de psicólogos sobre os impactos dos efeitos da COVID-19 na saúde mental das pessoas gestantes.

Devido à ausência de publicações, principalmente sobre os efeitos da COVID-19 nas gestantes e as dificuldades no acesso aos serviços de saúde, foi impossibilitada uma contestação mais aprofundada do conteúdo, que contribuiria para um desenvolvimento mais rico e congruente para essa pesquisa. Desta forma, é importante que mais trabalhos sejam desenvolvidos pelo ramo da psicologia com enfoque nas consequências da COVID-19 na perspectiva psicológica de mulheres, assim como o adoecimento mental de homens trans grávidos, dentro e fora do contexto pandêmico, para a melhoria da qualidade do processo de saúde e aprimoramento das políticas públicas de saúde no Brasil e em demais países.

5.REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Alessandra da Rocha et al. Pré-Natal Psicológico: perspectivas para atuação do psicólogo em Saúde Materna no Brasil. *Rev. SBPH, Rio de Janeiro*, v. 19, n. 1, p. 103-116, jun. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582016000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 de jun. de 2021.
- BENINCASA, Miria et al. O pré-natal psicológico como um modelo de assistência durante a gestação. *Rev. SBPH, São Paulo*, v. 22, n. 1, p. 238-257, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582019000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 de agosto de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: Atenção ao pré-natal de baixo risco. Série 32. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf>. Acesso em 03 de ago. de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Nota técnica Nº 6/2020- COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS. Atenção às Gestantes no Contexto da Infecção SARS-COV-2. 2020. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/499607/>>. Acesso em 11 de out. de 2021.
- CARDOSO; Soraya Lopes et al. Ações de promoção para saúde da gestante com ênfase no pré-natal. *Revista Interfaces*, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334636844_ACOES_DE_PROMOCAO_PARA_SAUDE_DA_GESTANTE_COM_ENFASE_NO_PRE-NATAL>. Acesso em: 12 out. de 2021.
- CHEN, Huijun et al. Clinical characteristics and intrauterine vertical transmission potential of COVID-19 infection in nine pregnant women: a retrospective review of medical records. *THE Lancet*, 2020. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30360-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30360-3/fulltext)>. Acesso em 04 de set. de 2021.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Conheça os Direitos da Gestante e Lactante. 1996-2000. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-conheca-os-direitos-da-gestante-e-lactante/>>. Acesso em 12 de out. de 2021.
- DASHRAATH, Pradip, et al. Coronavirus disease 2019 (COVID-19) pandemic and pregnancy. *Am J Obstet Gynecol. PubMed*. Publicado em: 23 de mar. 2020. Disponível em: <[https://www.ajog.org/article/S0002-9378\(20\)30343-4/fulltext](https://www.ajog.org/article/S0002-9378(20)30343-4/fulltext)>. Acesso em: 04 de set. de 2021
- DANTAS, Tiago. Youtube. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/informatica/youtube.htm>>. Acesso em 10 de nov. de 2021.
- DESSEN, Maria Auxiliadora et al. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]*. 2001, v. 16, n. 3, p. 221-231. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S010237722000000300005>>. Acesso 30 de out. de 2021.
- ESTRELA, FERNANDA MATHEUS et al. Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios. *Physis, Rio de Janeiro*, v. 30, n. 2, e 300215, 2020. Publicado em: julho 24, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312020000200314&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 9 Mar. 2021.
- FARIAS, Lara Moreira de Souza et al. Saúde em Foco: Doenças Emergentes e Reemergentes. *Gestação e cuidados: atenção à saúde psíquica da mulher em tempos de COVID-19*. p. 194-203, v 1, Ed. Científica. Disponível em: <<https://downloads.editoracientifica.org/books/978-65-87196-51-0.pdf>>. Acesso em: 13 de set. de 2021.
- FRANCO, Almeida Barbosa et al. PRÉ-NATAL REALIZADO POR EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: Prenatal care performed by a multiprofessional team of primary health care. *Cadernos ESP - Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará, [S. l.]*, v. 14, n. 1, p. 63-70, 2020. Disponível em: <<https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/247/197>>. Acesso em 09 mar. 2021
- GUTMAN; Laura. A maternidade e o encontro com a própria sombra: O resgate do relacionamento entre mãe e filho. 21. ed. Editora Best Seller, 2016. Acesso em: 23 de set. de 2021.
- LIMA, Marlise de Oliveira Pimentel et al. Sintomas depressivos na gestação e fatores associados: Estudo longitudinal. *Acta Paulista de Enfermagem*. 2017, v. 30, n. 1. ISSN 1982-0194. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ape/a/NMBmYV38fbJcTFTGmDXLzWh/>>. Acesso em: 10 de out. de 2021.
- MALAVÉ; Mayra. O papel das redes sociais durante a pandemia. 2020. Disponível em: <<http://www.iff.fiocruz.br/index.php/8-noticias/675-papel-redes-sociais>>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.
- MALDONADO, Maria Tereza. Aspecto psicológicos da gravidez, do parto e do puerpério: o conceito de crise e de transição existencial. In: MALDONADO, Maria Tereza. *Psicologia da gravidez*. Rio de Janeiro. Jaguatirica Digital, 2013, p. 19-24.
- MORALES; Hernán López et al. Mental health of pregnant women during the COVID- 19 pandemic: A longitudinal study. *Psychiatry Research*, v. 295, 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165178120332285>>. Acesso em: 30 de out. de 2021.
- MOREIRA, Francisco Jadson Franco et al. Pré-natal realizado por equipe multiprofissional da atenção primária à saúde. *Cadernos ESP - Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará, [S. l.]*, v. 14, n. 1, p. 63-70, 2020. Disponível em: <<https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/247>>. Acesso em: 31 de out. de 2021.
- OLIVEIRA, Aline Soares et al. A Importância do Acompanhamento Psicológico no Ciclo Gravídico Puerperal. *Rev. Humanidades e Inovação*, v. 6, n.13, 2019. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1256>>. Acesso em: 31 de out. de 2021.
- OLIVEIRA, Kleiton. Quando o amor se torna um problema. O que é ser uma mãe superprotetora? *Orientação para mães e pais, Superproteção*. 2018. Disponível em:

- <<http://kleitonoliveira.com.br/2018/01/19/voce-e-uma-mae-superprotetora/>>. Acesso em: 17 de nov. de 2021.
- SACCONE, Gabriele et al, Psychological impact of coronavirus disease 2019 in pregnant women. Carta de Pesquisa, Ed 2, 2020. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7204688/>>. Acesso em: 20 de out. de 2021.
- SANTANA; Paulo Ricardo Ribeiro et al. A influência do isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19 sobre a saúde mental das gestantes: revisão de literatura. Research, Society and Development, v. 10, n.13, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21208/18707>>. Acesso em: 30 de out. de 2021.
- SCHIAVO, Rafaela de Almeida. A expansão da psicologia perinatal no Brasil. Sociedade Brasileira de Psicologia, Universidade Paulista, Bauru, SP, 2019. Disponível em: <<https://sbponline.org.br/2019/05/a-expansao-da-psicologia-perinatal-no-brasil>>. Acesso em: 23 de set. de 2021.
- SEDICIAS; Sheila. Dengue na gravidez: principais riscos e tratamento. Tua Saúde. 2020. Disponível em: <<https://www.tuasaude.com/como-tratar-a-dengue-na-gravidez/>>. Acesso em: 23 de set. de 2021.
- SIAT. Sistema de Informações sobre Agentes Teratogênicos – Bahia UFBA. Efeitos da COVID-19 em gestantes. Publicado em: 19 julho 2020. Acesso em 17 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://siat.ufba.br/efeitos-da-covid-19-em-gestantes>>. Acesso em 30 de out. de 2021.
- THE MARCÉ SOCIETY. Programa vida. Recomendações do Grupo de Língua Portuguesa da Sociedade Marcé Internacional para a Saúde Mental Perinatal. “Quando a vida não escolhe tempo para nascer” (VIDA). Maio de 2020. Disponível em: <http://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/programa_vida.pdf>. Acesso em: 31 de out. de 2021.
- WILHEIM; Joanna. O que é psicologia pré-natal. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo Livraria e LTDA, 2006. p.13-19. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/Psicologia_Pre_Natal_O_Que_E/FY-_BXymEpc?hl=ptBR&gbpv=1&dq=O+QUE+%C3%89+PSICOLOGIA+PR%C3%89-NATAL&printsec=frontcover>. Acesso em: 31 de out.2021.

Recebido em: 10 de maio de 2022

Avaliado em: 10 de maio de 2022

Aceito em: 25 de maio de 2022

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF) E -mail: llkislayne.gomes@gmail.com

² Psicólogo; Especialista em Terapia Analítico Comportamental – UNIJORGE e em Gestão em Saúde (UNIVASF). E-mail: luizflorentinojr@gmail.com

AUTOLESÃO NÃO-SUICIDA NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO NARRATIVA

NON-SUICIDAL SELF-INJURY IN ADOLESCENCE: A NARRATIVE REVIEW

Nathalie Alves Rodrigues¹

Luciana Marinho Fernandes da Silva²

RESUMO: A autolesão é o ato de provocar lesão contra si, podendo estar presente em diversas faixas etárias, no entanto, na adolescência prevalece. Diante disso, o presente estudo tem como foco a autolesão não-suicida na adolescência. É importante considerar os danos desse comportamento para a vida do indivíduo, tanto físicos como psicológicos e sociais, sendo assim, um problema de saúde pública. O objetivo desse artigo consistiu em, por meio da revisão narrativa da literatura, discutir aspectos abordados do tema, como conceitos, característica, fatores de risco, tratamento e prevenção da autolesão. As bases de dados utilizadas para as buscas foram SCIELO e PEPsic. O tema por ser ainda pouco debatido, possui algumas divergências no sentido de classificações, bem como no que diz respeito às causas, sendo elas multifatoriais, além disso, os dados sugerem que existe uma lacuna quanto ao tratamento. Destaca-se a importância de considerar-se o ambiente familiar, escolar e vínculos de amizade, como um meio de prevenir e tratar a problemática. O estudo faz-se necessário no sentido de promover maior compreensão sobre esses aspectos, para que assim seja possível criar estratégias de tratamento e prevenção eficazes. Diante disso, sugere-se que haja mais estudos sobre o assunto e que enfoquem as causas da autolesão, bem como o tratamento e a prevenção. Outro tópico importante para ser desenvolvido em trabalhos futuros seria a influência familiar na prática da autolesão. É urgente a necessidade de discutir o tema, para que os profissionais de saúde mental e outros profissionais e pessoas que fazem parte do ciclo do indivíduo, saibam como lidar com aqueles que se auto lesionam.

Palavras-chave: Adolescência; Autolesão; Psicologia.

ABSTRACT: Self-injury is the act of injuring oneself, which can be present in different age groups, however, in adolescence it prevails. In view of this, the present study focuses on non-suicidal self-injury in adolescence. It is important to consider the damages of this behavior to the individual's life, both physical, psychological and social, thus being a public health problem. The objective of this article was, through a narrative review of the literature, to discuss aspects addressed on the topic, such as concepts, characteristics, risk factors, treatment and prevention of self-injury. The databases used for the searches were SCIELO and PEPsic. The topic, because it is still little debated, has some divergences in terms of classifications, as well as with regard to the causes, which are multifactorial, in addition, the data suggest that there is a gap in the treatment. The importance of considering the family, school environment and bonds of friendship is highlighted as a means of preventing and treating the problem. The study is necessary in order to promote greater understanding of these aspects, so that it is possible to create effective treatment and prevention strategies. In view of this, it is suggested that there are more studies on the subject and that focus on the causes of self-injury, as well as treatment and prevention. Another important topic to be developed in future works would be the family influence on the practice of self-injury. There is an urgent need to discuss the topic, so that mental health professionals and other professionals and people who are part of the individual's cycle, know how to deal with those who self-injure.

Keywords: Adolescence; self-injury; psychology.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como o foco a autolesão na adolescência. Diante do aumento de comportamentos autolesivos nessa fase da vida, faz-se importante a investigação e compreensão dos aspectos relacionados a essa conduta.

Autolesão, comportamentos autolesivos, violência autodirigida e ainda automutilação são termos utilizados para conceituar as agressões provocadas contra si mesmo. O Manual Diagnóstico e Estático de Transtornos Mentais - DSM-V (APA, 2014) descreve os comportamentos autolesivos como o ato de provocar lesão, ferimentos, dor no próprio corpo. De acordo com Fukumitsu (2017), as formas mais recorrentes de ferimento ao corpo são cortes, arranhões, queimaduras, beliscões.

Apesar de o termo automutilação ser frequentemente utilizado para se referir aos comportamentos autolesivos, alguns autores diferenciam os termos citados, considerando a automutilação como algo mais grave, como a amputação de um membro do corpo, por exemplo. Segundo Couto e Cunha (2017), enquanto a automutilação está relacionada à amputação, a autolesão diz respeito a cortes e queimaduras da pele.

O comportamento autolesivo pode ocorrer em diferentes faixas etárias, no entanto, estudos comprovam que a prevalência da autolesão é entre adolescentes do sexo feminino (SANTOS; FARO, 2018; SILVA; BOTTI, 2017; TARDIVO et al, 2019). A adolescência é uma fase de muitas mudanças, sejam elas físicas, emocionais e sociais, além disso, há um processo de busca de autonomia em relação aos pais e construção de identidade. Enquanto o emocional do adolescente apresenta extrema sensibilidade, a habilidade de enfrentar conflitos e lidar com as emoções é menor (AZEVEDO et al, 2019).

A autolesão é um recurso utilizado pelo indivíduo na busca de alívio imediato do sofrimento (FUKUMITSU, 2017). Couto e Cunha (2017) citam a prática autolesiva como um modo de se relacionar com o meio, sendo a forma que o indivíduo conseguiu encontrar para se autorregular. Os comportamentos autolesivos sem intenção suicida ocorrem de forma a causar danos na pele, busca-se o alívio do sofrimento e não necessariamente dar fim a própria vida, no entanto, é importante considerar que a autolesão, em alguns casos, pode levar ao suicídio. Entretanto, o foco desta pesquisa será destinado a autolesão sem intenção suicida.

Santos e faro (2018) destacam que os indivíduos tendem a buscar formas de prolongar a vida, por meio da autopreservação, mesmo que inconscientemente alguns acabam utilizando como recursos meios não-saudáveis como a autolesão, além disso, tratam essa questão como um desafio para muitos profissionais que lidam com a problemática.

No que diz respeito aos fatores de risco da autolesão, Azevedo et al (2019) dividem em fatores individuais, familiares e sociais. Dentre as características individuais, o autor cita situações traumáticas e transtornos psicológicos, outro aspecto está relacionado a traumas e angustias na infância. Quanto aos fatores sociais e familiares, são abordadas em seu estudo questões como violência, negligência, bem como o contexto de dependência química na família, o bullying, dificuldade de relacionamento. São questões que precisam de atenção.

A autolesão é um comportamento que tem aparecido com frequência nos setores de saúde, escolas, clínicas e demais espaços sociais, sendo, portanto, uma questão de saúde pública (TARDIVO et

al, 2019). Dessa forma, surge a necessidade de compreender esse contexto e proporcionar reflexões acerca da violência autodirigida para que, assim, o tema tenha mais espaço para debates e deixe de ser um tabu.

Apesar de ser uma questão cada vez mais recorrente, ainda são escassos estudos sobre autolesão. Diante disso, faz-se importante a reflexão trazida por este trabalho, para que o tema venha a ser mais debatido. Trazer à tona essas questões possibilitam a compreensão dos comportamentos autolesivos, proporcionando assim uma visão mais atenta para as pessoas que manifestam essas características e, conseqüentemente, maiores possibilidades de intervenção no problema.

O presente trabalho trata-se de uma revisão narrativa da literatura. Foram selecionados estudos teóricos que abordam o tema. São poucos os artigos que tratam da autolesão no Brasil, diante disso, esta pesquisa tem como objetivo três pontos principais: aprofundar os conhecimentos sobre os comportamentos autolesivos apresentando suas características e conceitos; identificar causas da autolesão e levantar questões que favorecem o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre o tema. O presente trabalho está dividido em três tópicos de discussão: o primeiro trata dos conceitos e características da autolesão; o segundo, da adolescência e fatores de risco; e, por fim, do tratamento e prevenção.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de caráter exploratório e qualitativo. A revisão narrativa da literatura consiste em “publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto ou ponto de vista teórico ou contextual” (ROTHER, 2007).

Para a seleção de artigos foi realizada pesquisa na base de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), onde foram selecionados 06 artigos. Os descritores escolhidos foram: “Autolesão”, “Conduta autolesiva”, “Autolesão e fator de risco”, “Comportamentos autolesivos”.

Para a revisão, definiu-se como critérios de inclusão artigos publicados em português, que apresentavam a autolesão considerando os fatores de risco, além disso, artigos publicados entre 2016 e 2020. Dentre os critérios de exclusão teríamos artigos publicados em outra língua que não a portuguesa, artigos que não tratavam sobre os fatores de risco, artigos repetidos e aqueles publicados fora da data estipulada. Os textos foram selecionados entre agosto e setembro de 2020.

Com relação à análise dos dados, foi feita uma leitura na íntegra dos textos de forma a verificar características, os conceitos e principais focos das pesquisas relacionados à autolesão. Fez-se

importante, também, levantar pontos a serem considerados no que diz respeito ao tratamento e também para o desenvolvimento de pesquisas futuras, principalmente no que se refere às pesquisas no Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da busca de artigos nas bases de dados Pepsic e Scielo, foram selecionados 06 artigos, sendo 04 da base de dados Pepsic e 02 da base de dados Scielo. Os artigos foram publicados entre 2016 e 2020. Todos os artigos são publicados na língua portuguesa.

Quadro 1- Artigos Selecionados

Título do artigo	Autor	Ano de publicação	Base de dados
Autolesão em adolescentes, depressão e ansiedade: um estudo compreensivo	TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury et al	2019	Pepsic
Aspectos conceituais da conduta autolesiva: uma revisão teórica	SANTOS, Luana Cristina Silva; FARO, André.	2018	Pepsic
Comportamentos autolesivos e administração das emoções em adolescentes do sexo feminino	RAUPP, Carolina Silva; MARIN, Angela Helena; MOSMANN, Clarisse Pereira.	2018	Pepsic
Automutilação: intensidade dolorosa, fatores desencadeantes e gratificantes	VIEIRA, Marcos Girardi; PIRES, Marta Helena Rovani; PIRES, Oscar Cesar.	2016	Scielo
Autolesão sem intenção suicida entre adolescentes	FONSECA, Paulo Henrique Nogueira da et al	2018	Pepsic
Comportamento autolesivo ao longo do ciclo vital: revisão integrativa da literatura	SILVA, Aline Conceição; BOTTI, Nadja Cristiane Lappann.	2017	Scielo

Fonte: autora

3.1 Conceitos e características da autolesão

Na literatura, os termos utilizados para tratar sobre o tema são variados, dentre eles: autolesão (TARDIVO et al, 2019; FONSECA et al, 2018), comportamentos autolesivos (RAUPP; MARIN; MOSMANN, 2018), conduta autolesiva (SANTOS; FARO, 2018), automutilação (VIEIRA; PIRES; PIRES, 2016). Há, portanto, uma divergência com relação à definição do termo. No presente trabalho os termos citados acima serão então usados como sinônimos.

A presença de ideação suicida é um tema discutido quando se trata da autolesão. Não há um consenso e existem controvérsias na literatura quanto a isso. Tardivo et al (2019) tratam a autolesão como intenção não-suicida, como tentativa de viver e como restauração de sentidos. Raupp, Marin e Mosmann (2018) verificaram, em seus estudos, que havia a presença do desejo de morrer, porém a autolesão não tinha intenção suicida e os recursos utilizados por aqueles que queriam dar fim a vida não se relacionavam com a conduta autolesiva. Esse ponto foi tratado da mesma forma por outros estudiosos

(SANTOS; FARO, 2018; FONSECA et al, 2018). No entanto, Vieira, Pires e Pires (2016) descrevem que a maioria dos participantes da pesquisa tentou ou idealizou suicídio.

De acordo com o DSM-V (APA, 2014), são comportamentos característicos da autolesão o ato de cortar, queimar, fincar, bater, esfregar excessivamente, de forma a provocar lesão ao próprio corpo, sem intenção suicida, sendo considerado patológico quando o indivíduo repete esse comportamento por cinco dias ou mais.

As características comuns aos que praticam autolesão são: dificuldades em administrar as emoções, emoções negativas recorrentes, problemas de enfrentamento, autoculpabilização como forma de enfrentamento, dificuldade na resolução de problemas e baixa autoestima (SILVA; BOTTLI, 2017).

Vieira, Pires e Pires (2016) colocam que, de 20 participantes, 10 (50%) necessitam que haja a perda de sangue para que o ato seja satisfatório; 4 (20%) consideram satisfatório quando são vistos por outra pessoa. O local escolhido em sua maioria se refere ao punho, mãos e braços.

No que diz respeito às causas, não há um consenso e são vários os fatores citados pelos autores. Dentre eles, são citadas condições psicológicas, fatores ambientais, fatores biológicos, vieses cognitivos, emoções primárias (SANTOS; FARO, 2018). A maioria dos estudos sobre o tema trata a síndrome de Borderline como um fator de risco para o desenvolvimento da autolesão (SANTOS; FARO, 2018). Vieira, Pires e Pires (2016), em seus estudos realizados a partir de entrevistas sobre autolesão e fatores associados, tiveram como respostas predominantes transtornos psiquiátricos, nos quais 40% dos participantes possuem transtorno de Borderline, raiva, ansiedade, sendo a depressão a mais presente.

Tardivo et al (2019) afirmam que, apesar de não haver uma ligação direta entre a autolesão e os transtornos alimentares, abuso de álcool e outras drogas, estes podem ser considerados como fatores de risco para a conduta autolesiva. No estudo de Vieira, Pires e Pires (2016), dentre os participantes que apresentaram algum tipo de compulsão, a maioria apresentou a compulsão alimentar como resposta.

Na literatura, as funções da autolesão dizem respeito ao alívio das tensões e regulação das emoções (TARDIVO et al, 2019; FONSECA et al, 2018; RAUPP; MARIN; MOSMANN, 2018). Segundo Santos e Faro (2018), o sentimento de alívio imediato decorrente da autolesão é uma forma de reforçar esse comportamento. As dificuldades intrapessoais e sociais, bem como regulação das emoções, favorecem a prática da autolesão; as sensações de alívio e outros sentimentos positivos induzidos por esse comportamento, no momento do ato, fazem com que a autolesão seja um recurso utilizado quando o indivíduo passar por situações semelhantes (FONSECA et al, 2018).

Em estudo realizado por Vieira, Pires e Pires (2016), cujo objetivo foi avaliar a intensidade da dor, os desencadeantes e gratificantes em 20 participantes com idade superior a 18 anos, verificou-se que, no que diz respeito à intensidade da dor, a prevalência foi baixa e leve. Os dados sugerem que o sentimento que desencadeia a autolesão é a tristeza, presente em 70% dos entrevistados. O sentimento alcançado depois da autolesão mais recorrente é alívio, sendo 65% equivalentes a 13 pessoas.

3. 2 Adolescência e fatores associados à conduta autolesiva

A literatura indica que a fase de maior prevalência da autolesão é a adolescência, sendo o gênero feminino o mais predominante. Santos e Faro (2018) destacam que a autolesão surge na adolescência de forma recorrente, intensa e grave. Em uma pesquisa realizada por Vieira, Pires e Pires (2016), a maior prevalência da autolesão ocorreu entre as mulheres jovens. No entanto, é importante destacar que a maioria dos estudos investiga apenas a fase da adolescência (RAUPP; MARIN; MOSMANN, 2018; TARDIVO et al, 2019; FONSECA et al, 2018). Diante disso, pode-se concluir que são restritas as possibilidades de maiores análises acerca da autolesão ao longo do ciclo vital por serem escassas as pesquisas que tratam essa problemática em adultos e idosos, por exemplo.

São poucos os estudos que tratam da autolesão no Brasil. Dentre os que tratam da problemática, Fonseca et al (2018) analisaram o predomínio da autolesão em 517 adolescentes de 10 a 14 anos, de quatro escolas no interior de Minas Gerais, sendo 58% do sexo feminino, do total de participantes do estudo, 9,8% equivalentes a 49 adolescentes adotaram esses comportamentos. O autor destaca ainda que o fato de o sexo feminino ser mais voltado à prática da autolesão está na forma como ambos lidam com as suas experiências. Segundo Fonseca et al (2018), as mulheres tendem a buscar regular suas emoções.

As funções da autolesão mais recorrentes entre adolescentes são a regulação das emoções e o alívio de sensações e sentimentos ruins (FONSECA et al, 2018). Segundo Tardivo et al (2019), o alívio da dor foi um ponto percebido nos casos de autolesão em adolescentes. Vieira, Pires e Pires (2016) destacaram a autolesão como recurso para aliviar a dor emocional ou frustração. O adolescente, por não conseguir administrar as sensações e emoções ruins, procura formas de cessar esses sentimentos. Assim, a autolesão se torna recurso a ser utilizado.

Raupp, Marin e Mosmann (2018) apresentam algumas falas e pensamentos de adolescentes que se autolesionam, a saber: “eu pensava mais na mutilação, eu sempre queria acabar morrendo”, “ eu dispensei todas as minhas raivas, tudo, tudo nos cortes”, “me veem uns pensamentos assim que eu lembro de coisas que aconteceu aí eu sinto vontade de fazer”, “ um alívio, porque pode ficar doendo mais do que tu tá sentindo no momento”. A compreensão desses relatos é importante para entender o que motiva o indivíduo a continuar a prática autolesiva. Nas falas citadas acima, pode-se perceber que quando alguma emoção negativa surgia ao indivíduo, o recurso escolhido para lidar com o fato era autolesão, sendo resultado de alívio momentâneo para o adolescente.

A literatura aponta que os sentimentos presentes no engajamento da conduta autolesiva são tristeza, solidão e desproteção. Destacam-se as dificuldades na relação com os pais, surgida em consequência dos conflitos que ocasionam a dificuldade na comunicação e no vínculo com os pais

(TARDIVO et al, 2019). Além disso, o sentimento de raiva também foi associado à autolesão, segundo o estudo de Raupp, Marin e Mosmann (2018).

São vários os fatores que podem ser associados a esses comportamentos (SANTOS; FARO, 2018). Em um estudo realizado por Raupp, Marin e Mosmann (2018), com casos múltiplos, sobre autolesão e administração das emoções, tendo como participantes quatro meninas com idade entre 13 e 15, das quatro meninas, duas apresentaram perda de um familiar associada à autolesão. Tardivo et al (2019), em um estudo compreensivo com três participantes entre 13 e 15 anos, destacaram problemas familiares. Foi percebido insegurança, necessidade de proteção, bem como aspectos depressivos e de ansiedade diante dos resultados tidos com o Inventário de Beck de Depressão e o Inventário de Beck de Ansiedade. No estudo de Vieira, Pires e Pires (2016), a culpa apresentou-se como um dos fatores desencadeantes; a tristeza foi o sentimento prevalente tida como motivadora da autolesão.

Azevedo et al (2019), ao tratar sobre autolesão não-suicida na adolescência, divide os fatores de risco entre características pessoais, transtornos psiquiátricos, problemas na infância, questões sociais e familiares. Além disso, o autor destaca a influência das redes sociais no desenvolvimento da autolesão, bem como o convívio com outros adolescentes que se autolesionam.

Um estudo de revisão integrativa da literatura realizado por Silva e Botti (2017), que trata o comportamento autolesivo ao longo do ciclo vital, apresenta os fatores de risco no ciclo infanto-juvenil dividido em três aspectos, sendo eles individuais, familiares e sociais; enquanto que as outras fases, adultos e idosos, apresentam como fatores de risco apenas aspectos individuais e sociais.

Tardivo et al (2019) destaca que a autolesão aparece nos serviços de saúde como causa principal, e também sendo sintomas e queixas de outras questões, tanto em adolescentes como em pré-adolescentes, além disso, o comportamento autolesivo é alerta também em adolescente no ambiente escolar. No entanto, Fonseca et al (2018) afirma que no Brasil não há estudos epidemiológicos que apresentem essas questões e trata o tema trazendo estatísticas internacionais sobre a autolesão.

3.3 Tratamento e prevenção

Tardivo et al (2019) destacam a necessidade de realizar o psicodiagnóstico, considerando a investigação uma peça chave que favorece o desenvolvimento de intervenções e acompanhamento psicológico. Santos e Faro (2018) destacam a importância de conhecer a autolesão para que seja possível desenvolver intervenções e prevenção da conduta autolesiva, visando assim substituir esse recurso por outros mais saudáveis, além disso, expõem dado que cita a terapia como forma de tratamento.

Considerando o contexto de relações na adolescência, faz-se importante que a intervenção seja pensada focando a escola e os pais, afirma Tardivo et al (2019). Na adolescência, os grupos mais presentes na vida do indivíduo são o familiar, escolar, bem como os ciclos de amizades. A importância

de considerar esses grupos se dá no sentido de que essas relações podem tanto funcionar como respostas positivas, reduzindo as questões problemáticas para a vida do adolescente, como também o contrário.

Fonseca et al (2018) colaboram com a ideia de desenvolvimento de políticas e programas preventivos. Diante disso, destacam que o foco da prevenção deve ser a redução de questões problemáticas que favorecem a autolesão. Para que haja um controle da conduta autolesiva, é importante que a intervenção ocorra de forma prévia e adequada, faz-se necessário também o acompanhamento psicológico (Vieira; Pires, M; Pires, C (2016).

Raupp, Marin e Mosmann (2018) ressaltam a importância do desenvolvimento de mais estudos nacionais sobre o tema, de forma a compreender a autolesão e, assim, possibilitar o desenvolvimento de ações preventivas e tratamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos acerca da autolesão são necessários para que haja uma melhor compreensão sobre o assunto e, dessa forma, um tratamento eficaz e estratégias de prevenção mais eficientes. As causas da autolesão são diversas e individuais, considerando o contexto de vida de cada sujeito e as relações familiares e sociais, bem como a associação com transtornos psicológicos. O período do ciclo de vida do sujeito é também algo relevante para a compreensão dos comportamentos autolesivos.

A adolescência é a fase em que a autolesão é mais recorrente na vida do indivíduo, sendo mais comum entre o sexo feminino. A fase da adolescência apresenta muitas fragilidades e mudanças que requer habilidades para lidar com essas questões, sendo assim um período da vida que necessita de atenção e compreensão quando discutido tendo em vista a autolesão.

As limitações estão relacionadas à dificuldade de encontrar artigos sobre o tema, tanto no que diz respeito ao uso do termo, uma vez que há variedade de termos que descrevem o fenômeno tratado, quanto aos poucos estudos que tratam da autolesão, principalmente referentes a dados da população brasileira.

É importante destacar a necessidade de estudos que tratem com maior relevância as questões relacionadas à prevenção da autolesão e ao tratamento, considerando os riscos físicos, psicológicos e sociais que essa conduta causa na vida do indivíduo que se autolesiona. Faz-se necessário que tanto os profissionais de saúde mental tenham mais conhecimento sobre esses aspectos, quanto outros profissionais que estejam presentes no contexto de vida do sujeito, para que, assim, as intervenções tanto de prevenção quanto de tratamento sejam eficientes.

Recomenda-se, para estudos futuros, a realização de pesquisas qualitativas que verifiquem a prevalência da autolesão, sem intenção suicida em adolescentes, com maiores números de participantes,

favorecendo maior mapeamento dos casos. Além disso, sugere-se estudos que tratem da relação entre transtornos psicológicos e abuso de drogas com a prática da autolesão.

Outro tópico importante para ser desenvolvido em trabalhos futuros seria a influência familiar na prática da autolesão, considerando aspectos da primeira infância, bem como a relação familiar, a violência, a negligência e outros aspectos que possam vir a causar comportamentos disfuncionais como a conduta autolesiva. Além disso, é também importante o desenvolvimento de pesquisas que abordem as questões sociais que podem vir a influenciar a autolesão, aspectos como bullying, influência das redes sociais, bem como as dificuldades de relacionamento com outros indivíduos.

REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno 5 DSM-V. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- AZEVEDO, A, et al. Autolesão na adolescência: como avaliar e tratar. Guia prático de atualização. Departamento Científico de Adolescência. 2019
- COUTO, Damiriane; CUNHA, Luane. Marcas na pele: Autolesão sob a ótica da Gestalt-terapia. Revista IGD na rede, v. 14, nº 27, p. 233-259, 2017.
- FONSECA, Paulo Henrique Nogueira da et al. Autolesão sem intenção suicida entre adolescentes. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 246-258, 2018.
- FUKUMITSU, K. Facetas da autodestruição: suicídio, adoecimento autoimune e autodestruição, In: FRAZÃO, L, (org.). Quadros clínicos disfuncionais e Gestalt-Terapia. São Paulo: Summus, 2017. p. 75-91.
- RAUPP, Carolina Silva; MARIN, Angela Helena; MOSMANN, Clarisse Pereira. Comportamentos autolesivos e administração das emoções em adolescentes do sexo feminino. Psicol. clin., Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 287-308, 2018.
- ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta paul. enferm., São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, junho 2007.
- SANTOS, Luana Cristina Silva; FARO, André. Aspectos conceituais da conduta autolesiva: Uma revisão teórica. Psicol. pesq., Juiz de Fora, v.12, n.1, p.5-14, abr. 2018.
- SILVA, Aline Conceição; BOTTI, Nadja Cristiane Lappann. Comportamento autolesivo ao longo do ciclo vital: revisão integrativa da literatura. Rev. Port. de Enfermagem e Saúde Mental. Out. 2017.
- TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury et al. Autolesão em adolescentes, depressão e ansiedade: um estudo compreensivo. Bol. - Acad. Paul. Psicol., São Paulo, v. 39, n. 97, p. 159-169, dez. 2019.
- VIEIRA, Marcos Girardi; PIRES, Marta Helena Rovani; PIRES, Oscar Cesar. Automutilação: intensidade dolorosa, fatores desencadeantes e gratificantes. Rev. dor, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 257-260, dez. 2016.

Recebido em: 11 de maio de 2022

Avaliado em: 10 de maio de 2022

Aceito em: 25 de maio de 2022

¹ Acadêmica do décimo período de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão de São Francisco (FACESF) E-mail: nathaliealvesrodrigues385@gmail.com

² Psicóloga, Mestra em Teoria Literária pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), docente do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do sertão do São Francisco (FACESF). E-mail: luciana_marinho@hotmail.com